

2014

Plano de Desenvolvimento Institucional



Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

PERFIL INSTITUCIONAL	4
Missão	4
Visão	4
Valores.....	4
Histórico de implantação e desenvolvimento da instituição	4
Área(s) de atuação acadêmica	9
PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	10
Inserção Regional	10
Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição.....	12
Políticas de Ensino.....	15
Políticas de Pesquisa	16
Políticas de Extensão.....	17
Políticas de Gestão	20
Responsabilidade social da instituição, enfatizando a contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região	23
IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	24
CORPO DOCENTE	33
Histórico da preparação pedagógica do corpo docente da UNIPAMPA.....	33
Experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica	36
Critérios de seleção e contratação.....	36
Requisitos de Titulação na Contratação	36
Seleção do corpo docente.....	36
Procedimentos para substituição eventual	37
Plano de carreira, regime de trabalho e políticas de aperfeiçoamento	37
Expansão do corpo Docente	39
Ações previstas para aperfeiçoamento do corpo docente no período 2014-2018	40
CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	42
Critérios de Seleção e Contratação	42
Políticas de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho	42
Evolução do Corpo Técnico-Administrativo da UNIPAMPA.....	44
CORPO DISCENTE	45
Formas de acesso	45
Política de Assistência Estudantil e Comunitária	49

Eixos Orientadores das Ações 2014-2018.....	57
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	58
Estrutura Organizacional.....	58
Estrutura Organizacional Com As Instâncias De Decisão	58
Órgãos Colegiados: Competência e Composição.....	59
Organograma Institucional e Acadêmico.....	60
Órgãos de Apoio à Atividade Acadêmica	61
Relações e Parcerias com a Comunidade, Instituições e Empresas.....	62
AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	64
INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS.....	67
Infraestrutura Física	67
Bibliotecas	69
ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA.....	72
ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS.....	76
ANEXOS	79

PERFIL INSTITUCIONAL

Missão

Promover educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento sustentável da região e do país.

Visão

Constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável da região e do país.

Valores

- Instituição social comprometida com a ética,
- Fundada em liberdade,
- Respeito à diferença e solidariedade.

Histórico de implantação e desenvolvimento da instituição

A Fundação Universidade Federal do Pampa é resultado da reivindicação da comunidade da região, que encontrou guarida na política de expansão e renovação das instituições federais de educação superior, que vem sendo promovida pelo governo federal. Veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica - um extenso território, com críticos problemas de desenvolvimento sócio-econômico, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior - a “metade sul” do Rio Grande do Sul. Veio ainda para contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

O reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de ensino superior gratuito e de qualidade nesta região, motivou a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao

Ministério da Educação, uma instituição federal de ensino superior. O atendimento a esse pleito foi anunciado no dia 27 de julho de 2005, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nessa mesma ocasião, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova universidade. Em 22 de novembro de 2005, esse consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), prevendo a ampliação da educação superior no Estado. Coube à UFSM implantar os *campi* nas cidades de São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel e, à UFPEL, os *campi* de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. As instituições tutoras foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos da instituição, sendo eles: Campus de Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; Campus de Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia da Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras (Português e Espanhol), Licenciatura em Letras (Português e Inglês); Campus de Caçapava do Sul: Geofísica; Campus de Dom Pedrito: Zootecnia; Campus de Itaqui: Agronomia; Campus de Jaguarão: Pedagogia e Licenciatura em Letras (Português e Espanhol); Campus de Santana do Livramento: Administração; Campus de São Borja: Comunicação Social – Jornalismo e Comunicação Social - Publicidade e Propaganda e Serviço Social; Campus de São Gabriel: Ciências Biológicas Licenciatura e Bacharelado, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental; Campus de Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia.

Em setembro de 2006, as atividades acadêmicas tiveram início nos *campi* vinculados à UFPEL e, em outubro do mesmo ano, nos *campi* vinculados à UFSM. Para dar suporte às atividades acadêmicas, as instituições tutoras realizaram concursos públicos para docentes e técnico-administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os *campi*. Nesse mesmo ano, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA.

Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade

dessa nova universidade. Para tanto, promoveu as seguintes atividades: planejamento da estrutura e funcionamento unificados; desenvolvimento profissional de docentes e técnico-administrativos em educação; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais, bem como com lideranças comunitárias e regionais, sobre o projeto de desenvolvimento institucional da futura UNIPAMPA.

Em 11 de janeiro de 2008, a Lei 11.640, cria a UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu artigo segundo:

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.

No momento de sua criação, a UNIPAMPA já contava com 2.320 alunos, 180 servidores docentes e 167 servidores técnico-administrativos em educação.

Ainda em janeiro de 2008, foi dado posse ao primeiro reitorado que, na condição *pro tempore*, teve como principal responsabilidade integrar os *campi* criados pelas instituições tutoras, constituindo e consolidando-os como a Universidade Federal do Pampa. Nesta gestão foi constituído o Conselho Provisório, integrado pela Reitora, Vice-Reitor, Pró-Reitores e Diretores de Campus, com a função de exercer a jurisdição superior da Instituição, deliberando sobre todos os temas de relevância acadêmica e administrativa.

Em janeiro de 2010, foi instalado o Conselho Universitário da UNIPAMPA (CONSUNI), cujos membros foram eleitos ao final do ano anterior. Composto de forma a garantir a representatividade da comunidade interna e externa e a ampla prevalência numérica de membro eleitos, o CONSUNI, ao longo de seu primeiro ano de existência, produziu um amplo corpo normativo, consubstanciado em 24 resoluções. Dentre outras, devem ser destacadas as que regulamentam o desenvolvimento de pessoal; os afastamentos para a pós-graduação; os estágios; os concursos docentes; a distribuição de pessoal docente; a prestação de serviços; o uso de veículos; as gratificações relativas a cursos e concursos; as eleições universitárias; a colação de grau; o funcionamento das Comissões Superiores e da Comissão Própria de Avaliação. Pela sua relevância, a aprovação do Regimento Geral da Universidade, ocorrida em julho de 2010, simboliza a

profundidade e o alcance desse trabalho coletivo, indispensável para a implantação e consolidação institucional. Visando dar cumprimento ao princípio de publicidade, as reuniões do CONSUNI são transmitidas, ao vivo, por Internet, para toda a Instituição, e as resoluções, pautas e outras informações são publicadas no portal www.unipampa.edu.br.

No ano de 2011 realizou-se a eleição do primeiro reitorado da Universidade que deflagrou no ano de 2013, eleições para o segundo mandato dos dirigentes dos *campi* e cursos.

No esforço de ampliar as ações da Universidade, em face de seu compromisso com a região onde está inserida, foram criados nos últimos 4 anos , mais 31 cursos, sendo eles: Engenharia Mecânica, Engenharia Agrícola, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações no Campus de Alegrete; Licenciatura em Música no campus Bagé; Licenciatura em Ciências Exatas, Curso Superior de Tecnologia em Mineração, Geologia e Engenharia Ambiental e Sanitária no Campus de Caçapava do Sul; Curso Superior de Tecnologia em Agronegócios, Licenciatura em Ciências da Natureza e Bacharelado em Enologia no Campus de Dom Pedrito; Nutrição, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Engenharia de Agrimensura e Matemática no Campus de Itaqui; Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, Licenciatura em História e Produção e Política Cultural no Campus de Jaguarão; Relações Internacionais, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública e Ciências Econômicas no Campus de Santana do Livramento; Ciências Sociais – Ciência Política, Relações Públicas e Licenciatura em Ciências Humanas no Campus de São Borja; Biotecnologia no Campus de São Gabriel; Medicina Veterinária, Licenciatura em Educação Física, Curso Superior de Tecnologia em Aqüicultura, e Licenciatura em Ciências da Natureza no Campus de Uruguaiana.

A oferta desses cursos contemplou, também, o turno da noite em todos os *campi*, contribuindo para a ampliação do acesso de alunos trabalhadores ao ensino superior e a expansão deste nível de ensino na região de abrangência da Universidade.

Da mesma forma, deu-se a expansão da oferta de ensino de pós-graduação na Universidade. O quantitativo de um curso em 2008, especialização em ciência e tecnologia – ensino de física e matemática, passou no ano de 2012 para 22 cursos, sendo 8 de mestrado e 14 de especialização. Em 2013 iniciou-se as atividades do primeiro doutorado da Universidade, Doutorado em Bioquímica no Campus Uruguaiana, e de

mais um mestrado, Mestrado Profissional Tecnologia Mineral no Campus Caçapava do Sul.

A pesquisa e a extensão também foram foco de desenvolvimento e ampliação na Instituição. A Unipampa atualmente possui 312 projetos de extensão registrados em desenvolvimento, o que mobiliza diretamente cerca de 1.500 pessoas entre docentes, discentes e técnicos. Em 2011, havia 264 projetos em andamento e cerca de 1.200 pessoas nas equipes executoras. Como resultados dessas ações e conforme levantamento realizado em fevereiro de 2013, os projetos desenvolvidos entre nos anos de 2011 e 2012, atingiram um público-alvo de 236.000 pessoas, indo além dos municípios onde a universidade possui *campi*. Cerca de 30% das ações desenvolvidas pelos extensionistas consolidaram um caráter continuado e são resultados de editais, da busca por parcerias governamentais e empresariais e do olhar crítico sobre as necessidades da comunidade. Desde 2011, cerca de 340 professores e técnicos desenvolveram ou estão desenvolvendo alguma atividade de extensão.

A ampliação da pesquisa deu-se com a implantação de laboratórios de pesquisa direcionados aos Grupos de Pesquisa certificados no CNPq, bem como no apoio a criação e consolidação de programas de Pós-Graduação *stricto sensu*. De 2009 a 2012 a Unipampa investiu mais de R\$ 11 milhões de reais, todas por meio de editais públicos, operacionalizando 285 processos, destes 128 equipamentos importados entregues nos *campi* da Unipampa. Adicionalmente ao financiamento externo, a Universidade vem executando aproximadamente R\$ 10 milhões de reais em equipamentos e obras contemplados em editais CT-INFRA Finep. Além destas iniciativas, políticas de incentivo à bolsas de iniciação científica têm sido implementadas. Com relação ao financiamento externo, o Programa institucional do CNPq que iniciou com 10 bolsas PIBIC em 2009, hoje conta com 23, além de 12 bolsas PIBITI e 07 bolsas PIBIC/AF desde o ano de 2010. As bolsas provenientes da FAPERGS, que em seu início teve a implantação com 08 bolsas, desde 2011 contabiliza 50 bolsas PROBIC. O PROBITI iniciou em 2011 com 15 bolsas, as quais se mantiveram desde então. Quanto às bolsas PBDA/Pesquisa, a evolução do número de bolsas, bem como o valor mensal, vem sendo incrementados e no ano de 2013 foram disponibilizadas 140 bolsas com mensalidades compatíveis com a do CNPq e FAPERGS. Outra iniciativa é o Programa de Bolsas de Iniciação à Pesquisa (PBIP) que está contemplando 40 bolsas no ano de 2013, com a finalidade de fomentar as atividades de pesquisa nos *campi*.

Os números da Universidade desde sua criação revelam sua franca expansão. Com relação ao número de matrículas no ensino de graduação passou-se de 1.527 alunos no ano de 2006 para 9.080 no ano de 2012. Da mesma forma com relação ao ensino de pós-graduação, que ampliou de 50 alunos no ano de 2008 para 315 no ano de 2012.

Também são relevantes os números relacionados ao corpo de servidores docentes e técnicos administrativos em educação. Em 2008 tinha-se 237 professores e 148 técnicos, número ampliado para 559 docentes, sendo destes 67% de doutores e 33% de mestres e 554 técnicos.

Área(s) de atuação acadêmica

A UNIPAMPA exercerá seu compromisso por meio do ensino de graduação e de pós-graduação, de pesquisa científica e tecnológica, de extensão e assistência às comunidades e de gestão. Os cursos oferecidos contemplam a formação de recursos humanos em todas as oito “grandes áreas do conhecimento” (CNPq): Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes.

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Inserção Regional

A região em que a UNIPAMPA está inserida já ocupou posição de destaque na economia gaúcha. Ao longo da história, porém, sofreu processo gradativo de perda de posição relativa no conjunto do estado. Em termos demográficos, registrou acentuado declínio populacional. Sua participação na produção industrial foi igualmente decrescente. Em termos comparativos, destaca-se que as regiões norte e nordeste do estado possuem municípios com altos Índices de Desenvolvimento Social - IDS, ao passo que, na metade sul, os índices variam de médios a baixos. A metade sul perdeu espaço, também, no cenário do agronegócio nacional devido à distância geográfica dos grandes centros consumidores, a fatores limitantes na logística de distribuição e as dificuldades de agregação de valor à matéria-prima produzida regionalmente.

A realidade impõe grandes desafios. Com a produção industrial em declínio, a estrutura produtiva passa a depender, fortemente, dos setores primários e de serviços. Outros fatores, combinados entre si, têm dificultado a superação da situação atual, entre os quais podem ser citados: o baixo investimento público per capita, o que reflete a baixa capacidade financeira dos municípios; a baixa densidade populacional e a alta dispersão urbana; a estrutura fundiária caracterizada por médias e grandes propriedades e a distância geográfica dos pólos desenvolvidos do estado, que prejudica a competitividade da produção da região. Essa realidade vem afetando fortemente a geração de empregos e os indicadores sociais, especialmente, os relativos à educação e à saúde.

A região apresenta, entretanto, vários fatores que indicam potencialidades para diversificação de sua base econômica, entre os quais ganham relevância: a posição privilegiada em relação ao MERCOSUL; o desenvolvimento e ampliação do porto de Rio Grande; os exemplos de excelência na produção agropecuária; as reservas minerais e a existência de importantes instituições de ensino e pesquisa. Em termos mais específicos, destacam-se aqueles potenciais relativos à indústria cerâmica, cadeia integrada de carnes, vitivinicultura, extrativismo mineral, cultivo do arroz e da soja, silvicultura, fruticultura, capacidade de armazenagem de grãos, turismo, entre outros.

Sem perder sua autonomia, a UNIPAMPA deve estar comprometida com o esforço de fortalecimento das potencialidades e com a superação das dificuldades diagnosticadas. Assim, os cursos oferecidos, a produção do conhecimento, as atividades de extensão e de assistência deverão refletir esse comprometimento. A gestão, em todas as suas instâncias, deverá promover a cooperação interinstitucional e a aproximação com os atores locais e regionais, visando à constituição de espaços permanentes de diálogo voltados para o desenvolvimento regional, implicando, este, em mudanças estruturais integradas a um processo permanente de progresso do território, da comunidade e dos indivíduos.

A Universidade já vem contribuindo para a formação de recursos humanos qualificados na e para a metade sul do estado do Rio Grande do Sul, uma vez que os discentes inseridos em projetos de pesquisa desenvolvem o pensamento científico e a capacidade de gerar novos conhecimentos. A pesquisa tem e terá como função específica a busca de novos conhecimentos e técnicas e será ainda recurso de educação, destinado ao cultivo da atitude científica, indispensável a uma completa formação de nível superior na região. Além disso, diversas contribuições científico-tecnológicas têm sido geradas junto aos diversos setores da região, em especial a área da saúde, o setor agroindustrial e na formação de educadores. Diversos projetos são realizados em parcerias com setores públicos e privados, fator importante para o desenvolvimento da região. Tais contribuições precisam ser expandidas e aprimoradas.

As atividades da UNIPAMPA devem estar igualmente apoiadas na perspectiva do desenvolvimento sustentável, que leva em conta a viabilidade das ações econômicas, com justiça social e prudência quanto à questão ambiental. Essa será a forma empregada para que, a partir da apreensão da realidade e das suas potencialidades, contribua-se para o enfrentamento dos desafios, com vistas à promoção do desenvolvimento regional.

Desse modo, a inserção da UNIPAMPA, orientada por seu compromisso social, deve ter como premissa o reconhecimento de que ações isoladas não são capazes de reverter o quadro atual. Cabe à Universidade, portanto, construir sua participação a partir da integração com os atores que já estão em movimento em prol da região. Sua estrutura multicampi facilita essa relação e promove o conhecimento das realidades locais, com vistas a subsidiar ações focadas na região.

Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição

A concepção de universidade não se restringe apenas à formação profissionalizante, mas se firma em uma proposição humanística e generalista, assumindo o compromisso com o direito à vida e promovendo a ética em todas as suas práticas.

Ao mesmo tempo, olhar a Universidade, a partir das comunidades nas quais ela está inserida, pressupõe que os sujeitos implicados nas suas ações a percebam como parte integrante da vida social, comprometendo-a, por conseguinte, com o desenvolvimento regional sustentável.

A UNIPAMPA, por ser uma universidade pública, garante a abertura aos mais amplos setores da vida social, assumindo pautar suas ações de forma democrática, em favor de uma sociedade justa e solidária. A Universidade coloca-se como espaço de diálogo com as diferenças, respeita as especificidades das diversas áreas do conhecimento, ao mesmo tempo em que acredita na possibilidade de inter-relações, colocando o conhecimento a serviço do conjunto da sociedade.

A concepção de sociedade, contida neste Plano de Desenvolvimento Institucional, é de uma coletividade marcada pela diversidade, pluralidade e pelas diferenças culturais próprias de cada contexto local, sem perder os horizontes globais. Por sua natureza plural a UNIPAMPA entende que são necessárias muitas escolhas no seu projeto de consolidação. Essas devem estar pautadas pelo reconhecimento dessa diversidade como um valor e na possibilidade de participação coletiva nos processos de tomada de decisão. O desafio, portanto, consiste em construir a unidade na diversidade.

A Universidade não pode ser um espaço meramente reprodutivo do saber acumulado pela humanidade, nem tampouco o educando pode ser tomado como um receptor passivo desse saber. A Instituição precisa traduzir os desafios de seu tempo, revisar o que está posto e ter a coragem da utopia por um mundo melhor. Ela deve apostar no trabalho colaborativo, fundamentado numa proposição teórico-metodológica capaz de responder a esses desafios e explicitar seus objetivos. Dessa forma, a Universidade precisa ter presente uma concepção igualmente contemporânea sobre o

conhecimento, como se dá sua construção e como se renovam as capacidades cognitivas dos sujeitos envolvidos em seus processos de ensino-aprendizagem.

A UNIPAMPA, desafiada a ser essa universidade, entende o conhecimento como um devir e, não como um processo controlável, cujo escopo pareça ser o domínio de conteúdos. Concebe que o conhecimento se faz possível por meio de um complexo de relações e práticas emancipatórias de uma educação pautada na liberdade e autonomia dos sujeitos, na construção de sua identidade e na percepção de habilidades reflexivas que sejam efetivamente transformadoras, intervenientes e fundamentadas.

Tomada como instituição social, a Universidade deve reconhecer em tudo que realiza os seus compromissos éticos. A concepção curricular - que deve refletir escolhas e intencionalidades - se traduz em seus projetos de ensino, suas propostas de extensão e seus temas de pesquisa, balizados por esses compromissos. Deve ser capaz de respeitar a pluralidade de seus discursos e práticas pedagógicas, a partir de amplos diálogos, adotar entendimentos comuns, tais como, o da superação e o da noção de disciplinaridade pelo paradigma da interdisciplinaridade, através do qual se reconhece que o conhecimento de um campo do saber nunca é suficiente para compreender a realidade em toda a sua complexidade.

A concepção de universidade, aqui anunciada, exige uma prática pedagógica que dê materialidade aos princípios balizadores deste documento. O conhecimento passa a ser compreendido como processo e não como produto. Na sua construção, a ação pedagógica do professor passa a ser mediadora da aprendizagem, estimulando a reflexão crítica e o livre pensar, como elementos constituidores da autonomia intelectual dos educandos. Assim, o educando é compreendido como sujeito que vive na e pela comunidade, percebido na sua singularidade e cidadania e reconhecido em sua potencialidade transformadora.

Essa concepção de universidade é tomada como princípio orientador deste PDI, marcando as proposições curriculares, as práticas pedagógicas e os atos de gestão. Sua materialização dar-se-á no cotidiano, pela capacidade de seus atores em definir e redefinir caminhos, sem perder o foco no compromisso maior da Universidade: formar sujeitos da própria história.

A formação acadêmica deve ser pautada pelo desenvolvimento de conhecimentos teórico-práticos, que respondam às necessidades contemporâneas da

sociedade. Orientada, ainda, por uma concepção de ciência que reconheça o conhecimento como uma construção social, constituído a partir de diferentes fontes e que valorize a pluralidade dos saberes, as práticas locais e regionais. Essa formação acadêmica, entre outras perspectivas, visa à inclusão social, proporcionando o acesso e a continuidade dos estudos inclusive aos grupos que, historicamente, estiveram marginalizados e alijados do direito ao ensino superior público e gratuito. Além disso, deve promover a estruturação de percursos formativos flexíveis e diversificados, calcados no respeito às diferenças e na liberdade de pensamento e expressão, sem discriminação de qualquer natureza.

Essa concepção de formação requer que os cursos, por meio de seus projetos pedagógicos, articulem ensino, pesquisa e extensão e contemplem os princípios de interdisciplinaridade, entendida como a integração entre disciplinas e os diferentes campos do saber; intencionalidade, que se expressa nas escolhas metodológicas e epistemológicas visando ao pleno desenvolvimento do educando, tanto para o exercício da cidadania, quanto para o mundo do trabalho; contextualização, compreendida como condição para a construção do conhecimento, que deve tomar a realidade como ponto de partida e de chegada e a flexibilização curricular, entendida como processo permanente de qualificação dos currículos, de forma a incorporar, nas diferentes possibilidades de formação (como disciplinas obrigatórias, eletivas, atividades complementares), os desafios impostos pelas mudanças sociais e pelos avanços científico e tecnológico.

Também sustentam essa concepção de formação os princípios de qualidade do ensino público, gestão democrática e valorização da docência, que devem ter como finalidade primeira à formação do egresso no perfil definido pela UNIPAMPA.

Contribuem para a concretização dessa formação os recursos da Educação a Distância (EAD) e o uso das tecnologias de comunicação e informação que, fazendo parte das práticas de ensino e aprendizagem, são indispensáveis para integrar pessoas e atividades na UNIPAMPA, que foi concebida e criada como uma instituição multicampi.

Políticas de Ensino

Formar o egresso com o perfil definido pela UNIPAMPA é uma tarefa complexa, na medida em que requer o exercício da reflexão e da consciência acerca da relevância pública e social dos conhecimentos, das competências, das habilidades e dos valores adquiridos na vida universitária, inclusive sobre os aspectos éticos envolvidos. A formação desse perfil exige uma ação pedagógica inovadora, centrada na realidade: dos contextos sócio-cultural, educacional, econômico e político da região onde a Universidade está inserida. Pressupõe, ainda, uma concepção de educação que reconheça o protagonismo de todos os envolvidos no processo educativo e que tenha a interação como pressuposto epistemológico da construção do conhecimento.

Pretende-se uma Universidade que intente formar egressos críticos e com autonomia intelectual, construída a partir de uma concepção de conhecimento socialmente referenciada e comprometida com as necessidades contemporâneas locais e globais.

Para tanto, é condição necessária uma prática pedagógica que conceba a construção do conhecimento como o resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, que não se esgotam nos espaços e tempos delimitados pela sala de aula convencional; uma prática que articule o ensino, a pesquisa e a extensão como base da formação acadêmica, desafiando os sujeitos envolvidos a compreender a realidade e a buscar diferentes possibilidades de transformá-la. A prática pedagógica precisa assumir, como princípio balizador, o reconhecimento do educando como sujeito do processo educativo, reconhecendo as diferentes formas de aprendizagem e as características pessoais, sem, no entanto, reduzi-los a sua singularidade.

Para alcançar esse propósito, torna-se fundamental ter estruturas curriculares flexíveis, que ultrapassem os domínios das componentes curriculares, valorizem a relação teórico-prática e que reconheçam a interdisciplinaridade como elemento fundante da construção do saber. Torna-se, ainda, imprescindível a existência de um corpo docente que se comprometa com a realidade institucional, que tenha capacidade reflexiva, que seja permanentemente qualificado, de forma a responder aos desafios contemporâneos da formação acadêmico-profissional.

Em consonância com os princípios gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional e da concepção de formação acadêmica, o ensino será pautado pelos seguintes princípios específicos:

- formação cidadã, que atenda ao perfil do egresso participativo, responsável, crítico, criativo e comprometido com o desenvolvimento sustentável;
- educação compromissada com a articulação entre os sistemas de ensino e seus níveis: educação básica e educação superior;
- qualidade acadêmica, traduzida na coerência na estruturação dos currículos, nas práticas pedagógicas e na avaliação e pelo conhecimento pautado na ética e compromissado com os interesses públicos;
- universalidade de conhecimentos, valorizando a multiplicidade de saberes e práticas;
- inovação pedagógica, que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos usando novas práticas;
- equidade de condições para acesso e permanência no âmbito da educação superior;
- consideração do discente como sujeito no processo educativo;
- pluralidade de ideias e concepções pedagógicas;
- incorporação da pesquisa como princípio educativo, tomando-a como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação.

Políticas de Pesquisa

As atividades de pesquisa devem estar voltadas à geração de conhecimento, associando ações pedagógicas que envolvam educandos de graduação e de pós-graduação. Para isso, são incentivadas práticas, como a formação de grupos de pesquisa que promovam a interação entre docentes e discentes. O enfoque de pesquisa, interligado à ação pedagógica, deve desenvolver habilidades nos discentes tais como: a busca de alternativas para a solução de problemas, o estabelecimento de metas, a criação e a aplicação de modelos e a redação e a difusão da pesquisa de forma a gerar o conhecimento científico.

A construção da relação da pesquisa com o ensino e a extensão possibilita uma leitura contínua e crítica da realidade. Tal tarefa torna-se mais complexa em função das progressivas exigências, impostas por órgãos de fomento à pesquisa, no aumento da produtividade e qualidade do conhecimento gerado. Portanto, é imprescindível adotar políticas de gestão que aproximem os pesquisadores de todos os campi na busca do compartilhamento de recursos e do saber. Nesse sentido, a Comissão Superior de Pesquisa, com representação dos servidores e discentes, com caráter consultivo e deliberativo acerca das questões pertinentes às atividades de pesquisa. Dentre essas atividades está a busca pelo fortalecimento da Ciência, Tecnologia e Inovação, visando a ações que promovam o constante diálogo em prol do desenvolvimento sustentável, respeitando princípios éticos, incentivando as diferentes áreas do conhecimento que projetem a Instituição no plano nacional e internacional.

Ações como essas podem desempenhar importante papel na melhoria, no crescimento e na sustentabilidade da metade sul do Rio Grande do Sul.

Em consonância com os princípios gerais do Projeto Institucional e da concepção de formação acadêmica, a pesquisa e a pós-graduação serão pautadas pelos seguintes princípios específicos:

- formação de recursos humanos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico;
- difusão da prática da pesquisa no âmbito da graduação e da pós-graduação;
- produção científica pautada na ética e no desenvolvimento sustentável.

Políticas de Extensão

O Plano Nacional de Extensão estabelece que a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico, que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade. Nessa concepção, a extensão, na UNIPAMPA, assume o papel de promover essa articulação entre a universidade e a sociedade, seja no movimento de levar o conhecimento até a sociedade, seja no de realimentar suas práticas acadêmicas a partir dessa relação dialógica com ela.

Além de revitalizar as práticas de ensino, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso, bem como para a renovação do trabalho docente, esta articulação

da extensão pode gerar novas pesquisas, pela aproximação com novos objetos de estudo, garantindo a interdisciplinaridade e promovendo a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.

Assim, o caráter dinâmico e significativo da vivência que se proporciona ao estudante, através das ações de extensão, exige que a própria universidade repense a estrutura curricular existente numa perspectiva da flexibilização curricular.

Em consonância com os princípios gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional e da concepção de formação acadêmica, a extensão será pautada pelos seguintes princípios específicos:

- **Impacto e transformação:** a UNIPAMPA nasce comprometida com a transformação da metade sul do Rio Grande do Sul. Essa diretriz orienta que cada ação da extensão da universidade se proponha a observar a complexidade e a diversidade da realidade dessa região, de forma a contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável.
- **Interação dialógica:** essa diretriz da política nacional orienta para o diálogo entre a universidade e os setores sociais, numa perspectiva de mão-dupla e de troca de saberes. A extensão na UNIPAMPA deve promover o diálogo externo com movimentos sociais, parcerias interinstitucionais, organizações governamentais e privadas. Ao mesmo tempo, deve contribuir para estabelecer um diálogo permanente no ambiente interno da universidade.
- **Interdisciplinaridade:** a partir do diálogo interno, as ações devem buscar a interação entre disciplinas, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da instituição, garantindo tanto a consistência teórica, bem como a operacionalidade dos projetos.
- **Indissociabilidade entre ensino e pesquisa:** essa diretriz se propõe a garantir que as ações de extensão integrem o processo de formação cidadã dos alunos e dos atores envolvidos. Compreendida como estruturante na formação do aluno, as ações de extensão podem gerar aproximação com novos objetos de estudo, envolvendo a pesquisa, bem como revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso, bem como para a renovação do trabalho docente. Nesse sentido, as atividades de extensão precisam ser reconhecidas no currículo com atribuição de créditos acadêmicos.

A política de extensão da UNIPAMPA deve estar em consonância com a Política Nacional de Extensão definida atualmente pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, reconhecido como espaço de discussão nacional e de estabelecimento de diretrizes para extensão universitária brasileira.

As prioridades da Extensão no período 2014- 2018 são as seguintes:

- Valorização da extensão como prática acadêmica;
- Fortalecimento do estabelecimento de interação dialógica entre universidade e sociedade, visando ao intercâmbio de saberes e à proposição de alternativas para superação dos problemas sociais da região;
- Desenvolvimento de ações de formação continuada para profissionais da Educação Básica, colaborando com a concretização do Plano Nacional de Educação;
- Execução de projetos institucionais em andamento e proposição de novos, buscando garantir a execução contínua de ações em áreas temáticas nas quais há maior carência por parte das comunidades;
- Proposição de atividades artísticas e culturais, colaborando para concretização do Plano Nacional de Cultura.

Ações propostas:

- Oferta de formação anual por campus visando qualificação dos servidores para proposição de ações articuladas com a Política Nacional de Extensão e com a Política da Unipampa para Extensão universitária;
- Estimular atividades de Extensão cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Universidade e da sociedade;

- Participação no processo de elaboração e revisão dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Graduação, sob coordenação da PROGRAD, visando à valorização da Extensão como prática acadêmica;
- Visitas anuais a prefeituras e secretarias dos municípios que sediam a UNIPAMPA para identificação de necessidades a serem atendidas pelas ações de extensão;
- Apoio a ações que permitam o diálogo entre a Universidade e as Comunidades e favoreçam a troca de saberes;
- Desenvolvimento anual de Programa para Formação Continuada de Profissionais da Educação Básica para atender os municípios da região;
- Desenvolvimento do Projeto Guaman, oferecendo pelo menos uma atividade artística anual por campus;
- Desenvolvimento e ampliação dos projetos institucionais “Bacias do Pampa” e “Fronteiras em Foco”;
- Criação de um programa institucional na área da saúde.

Políticas de Gestão

As políticas de Gestão compreendem a intencionalidade da Instituição para que as atividades finalísticas sejam alcançadas respeitando sempre os princípios constitucionais e estatutários que regem a Unipampa enquanto entidade da Administração Pública. A gestão terá por objetivo garantir as condições institucionais e materiais para a execução do seu planejamento, associando o conceito de resultado (Avaliação) à abertura de canais que permitam oferecer educação de nível superior com qualidade.

Na Unipampa a gestão é entendida como algo dinâmico e sistêmico, garantindo a relação de interdependência entre as diferentes unidades administrativas e acadêmicas sem perder o foco nas atividades finalísticas, na visão e na missão organizacional que são expressos neste documento. Com isso buscar-se-à a construção de um arranjo organizacional capaz de atender a todas as particularidades e especificidades a que se propõe da Instituição, dentre elas, a de proporcionar condições de trabalho adequado (qualidade de vida) para a comunidade acadêmica na Unipampa e a construção de espaços coletivos de discussão.

Assim a Política de Gestão na Unipampa é compreendida indo um pouco além: entendendo que vários elementos como gestão das pessoas, gestão dos recursos, processos de comunicação internos e externos, planejamento e avaliação são importantes e relevantes para o alcance de nossos objetivos institucionais.

A gestão das pessoas é um dos itens que, dado sua particularidade e relevância na construção deste documento e das políticas institucionais, é tratado em tópicos distintos deste documento (corpo docente e corpo técnico-administrativo), permitindo-nos um debate qualificado sobre o tema.

A gestão dos recursos sejam eles econômicos ou materiais é um elemento que sempre merecerá destaque atentando aos princípios da economicidade e da eficiência fazendo com que mais ações sejam realizadas com menos recursos, preservando o interesse da sociedade em ter educação superior brasileira de qualidade adequadamente distribuída entre suas diferentes Unidades.

A comunicação na Unipampa assume uma função social e igualmente política, institucional, uma vez que, através de suas práticas promove o diálogo com a sociedade e internamente, entre seus diferentes públicos. Ainda, a comunicação é tomada numa perspectiva transdisciplinar, sendo seus saberes articulados entre profissionais das diversas áreas de conhecimento, capazes de oferecer uma interface nas políticas a serem promovidas pela Universidade. Assim, as ações da comunicação compreendem um conjunto de práticas reconhecidas como jornalísticas e de relações públicas, publicitárias e de marketing. Tais atividades buscarão expressar, por meio de serviços e produtos de mídia, a promoção da imagem da instituição, concepção e execução de projetos de identidade visual, assessoramento e consultoria em ações afins, sejam elas retóricas, discursivas, imagéticas e que representem socialmente o pensamento da Universidade.

O planejamento, dada a natureza dinâmica da Universidade, é concebido como um sistema aberto e dinâmico, que reconhece, acolhe e interpreta os desafios da realidade de modo sistemático e define objetivos e metas, bem como estrutura, organiza e desenvolve a Instituição para realizar as ações necessárias ao cumprimento de suas finalidades e auxiliando o desenvolvimento institucional.

Avaliação na Universidade busca através de dados quantitativos e qualitativos identificar as potencialidades e as fragilidades institucionais através de um processo

amplo, que envolva toda a comunidade acadêmica de todas as áreas. Ela é parte constitutiva desse sistema e tem o papel de acompanhar a consistência do Projeto de Desenvolvimento Institucional, de forma permanente, aferindo avanços, dificuldades e potencialidades no curso de sua realização, permitindo, assim, a sua adequação às responsabilidades sociais da UNIPAMPA.

Gerir a Universidade é praticar atos que, orientados pelo compromisso social, aproximem e coloquem em diálogo todos os sujeitos institucionais entre si e com a comunidade visando proporcionar à condição aos atores no conceber e fazer a universidade necessária. É, também, agir de forma determinada e constante, na busca dos meios para realizar seu projeto, com adequadas condições para o alcance da excelência nas práticas acadêmicas e administrativas.

As Políticas de Gestão na Unipampa devem ser pautadas pelos seguintes princípios específicos:

- Democracia institucional, entendida como o respeito às decisões colegiadas e a garantia de espaços de participação e influência da comunidade acadêmica nas grandes questões universitárias, promovendo a unidade na diversidade;
- Descentralização de decisão, entendida como a extensão de autoridade às Unidades Acadêmicas para a tomada de decisão, obedecendo aos princípios que regem a administração pública e mantendo a Unidade Institucional;
- Integração regional, entendida como a realização de ações permanentes e articuladas com outros atores, que problematizem o desenvolvimento local e regional, direcionando esforços na formação de estudantes e na produção de conhecimentos, comprometidos com o desenvolvimento econômico e social sustentáveis da região e do país;
- Planejamento Colaborativo, entendido como o processo em que a instituição, através de seus diversos atores articulados solidariamente, se vê, se reconhece e define o futuro desejado, organizando-se para alcançá-lo;
- Avaliação Institucional como processo contínuo e parte integrante do projeto da Universidade, entendida como o monitoramento sistemático da evolução da UNIPAMPA em direção ao futuro desejado, com vistas à adoção dos ajustes situacionais necessários (discutidos de forma aprofundada no eixo temático 8);
- Transparência no orçamento e nos atos de gestão, entendidos como a garantia do conhecimento e do debate, nos fóruns competentes, da composição da

matriz orçamentária, da distribuição e execução orçamentária, da estrutura organizacional e composição de seu quadro de servidores.

Responsabilidade social da instituição, enfatizando a contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região

O ensino superior tem passado por profundas e substanciais modificações, mas talvez nunca sua responsabilidade social tenha estado tão evidenciada como nos dias de hoje (VOLPI, 1996). Cada vez mais as instituições vêm buscando assumir uma gestão socialmente responsável em sua atuação, através de uma forma de conduzir as ações pautadas em valores éticos que visem a integrar todos os protagonistas de suas relações. Nesta acepção apresentada por Rico (1998) que a Universidade Federal do Pampa, procura abarcar, no desenvolvimento de suas ações, todos aqueles que são diretamente ou indiretamente afetados por suas atividades, contribuindo para a construção de uma sociedade que promova a igualdade de oportunidades e a inclusão social.

Portanto, a responsabilidade social é entendida na UNIPAMPA como um compromisso que a instituição deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que afetem positivamente a comunidade externa e a acadêmica, assumindo obrigações de caráter moral e social para o atingimento do desenvolvimento sustentável.

Assim, Volpi (1996) complementa afirmando que as universidades deverão ser capazes de produzir o saber buscando o equilíbrio entre o conteúdo social e a excelência acadêmica, especificamente profissional, num explícito comprometimento das condições de vida a níveis mais dignos e fraternos, numa interação com o entorno social onde se situa.

IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Atualmente, são ofertados na instituição 63 cursos de graduação, entre bacharelados, licenciaturas e cursos superiores em tecnologia, com 3.120 vagas disponibilizadas anualmente, sendo que 50% delas são destinadas para candidatos incluídos nas políticas de ações afirmativas.

A Universidade conta com um corpo de servidores composto por 590 docentes e 551 técnico-administrativos em educação que proporcionam suporte para atender os discentes que podem realizar os seguintes cursos, ofertados nos 10 *Campi* da UNIPAMPA:

- Campus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Agrícola, Engenharia Mecânica, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações;
- Campus Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia da Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Física - Licenciatura, Química - Licenciatura, Matemática - Licenciatura, Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa - Licenciatura, Letras Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas – Licenciatura, e Música - Licenciatura;
- Campus Caçapava do Sul: Geofísica, Ciências Exatas - Licenciatura, Geologia, Curso Superior de Tecnologia em Mineração e Engenharia Ambiental e Sanitária;
- Campus Dom Pedrito: Zootecnia, Enologia, Superior de Tecnologia em Agronegócio e Ciências da Natureza - Licenciatura;
- Campus Itaqui: Agronomia, Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Nutrição, Matemática – Licenciatura, e Engenharia de Agrimensura;
- Campus Jaguarão: Pedagogia e Letras - Licenciatura (Português e Espanhol), História - Licenciatura, Curso Superior de Tecnologia em Turismo e Produção e Política Cultural;
- Campus Santana do Livramento: Administração, Ciências Econômicas, Relações Internacionais e Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública;

- Campus São Borja: Cursos de Comunicação Social – Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda, Serviço Social, Ciências Sociais – Ciência Política e Ciências Humanas - Licenciatura;
- Campus São Gabriel: Ciências Biológicas - Bacharelado, Ciências Biológicas - Licenciatura, Engenharia Florestal, Gestão Ambiental e Biotecnologia;
- Campus Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia, Ciências da Natureza - Licenciatura, Medicina Veterinária, Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura, Educação Física – Licenciatura, e Fisioterapia.

A oferta desses cursos contempla, também, o turno noturno em 24 cursos de graduação, distribuídos em todos os *Campi*, contribuindo assim para a ampliação do acesso de alunos trabalhadores ao ensino superior.

Além da oferta supramencionada, a UNIPAMPA, em 2012, aprovou em todas as instâncias da Universidade os cursos a seguir:

- Curso de Direito, turno integral, em processo de autorização pelo MEC.
- Curso de Letras - Português, será ofertado após o credenciamento da Instituição em EaD junto ao MEC. Serão ofertadas 50 vagas, no Campus Jaguarão e as atividades presenciais acontecerão no turno noturno.

O mérito acadêmico do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Engenharia de Aquicultura, Campus Uruguaiana, foi aprovado no CONSUNI, e sua implantação ficou condicionada ao recebimento de vagas docentes pelo MEC.

Ainda, por meio de Edital da SECADI/MEC, o Campus Dom Pedrito teve a proposta de Licenciatura em Educação do Campo aprovada, o qual tem previsão para iniciar em 2014.

Para atendimento das diretrizes pedagógicas dos cursos de graduação da UNIPAMPA, os professores/as são convidados a apresentar, discutir e repensar sua abordagem curricular em Roda de Formação Continuada, que é realizada durante os seguintes eventos de formação continuada, proporcionados na UNIPAMPA: Seminário de Formação dos Coordenadores de Curso de Graduação da UNIPAMPA (01 por ano); Seminário de Formação de Professores (01 por ano); e Fóruns por área do conhecimento

(02 por ano, atendendo 08 áreas do conhecimento). Esse trabalho acontece nesses espaços, na crença de que o desenvolvimento curricular está diretamente associado à formação dos professores que desenvolvem o currículo.

Desse modo, a fim de resgatar e organizar o perfil do acadêmico egresso da UNIPAMPA, os professores são convidados a apresentarem a matriz curricular do curso, buscando evidenciar suas articulações com o perfil do egresso da Universidade.

Ainda, com base nas diretrizes de cada Curso, propõe-se espaço para identificação, na matriz curricular, dos conteúdos orientados nas diretrizes, bem como os princípios metodológicos, os processos de avaliação realizados, as atividades da prática profissional, complementares e os estágios, quando existentes como exigência na Diretriz Curricular.

Ainda, os/as professores/as são convidados/as a apresentar as inovações curriculares que consideram significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares, durante a socialização e discussões acerca das inovações curriculares realizadas e pelas oportunidades diferenciadas de integração dos cursos, bem como dos avanços tecnológicos realizados.

Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas

No PDI vigente, não há menção específica aos elementos da temática *Diretrizes Pedagógicas*, apenas orientações e princípios gerais institucionais que induzem à reflexão. Desse modo, a PROGRAD, assumindo o princípio central da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, colabora com essa reflexão no momento de revisão e de reconstrução do PDI, destacando alguns elementos orientados atualmente pela gestão da graduação, porém, entende que a construção desse plano pedagógico é compromisso de todos envolvidos no âmbito acadêmico da instituição.

Do ponto de vista diagnóstico, a UNIPAMPA não apresenta um plano de atendimento às diretrizes pedagógicas que tenha sido fruto do atendimento aos princípios do PDI 2009, porém, é possível identificar a existência de algumas estratégias de fomento pedagógico, balizadas principalmente pelas orientações e diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação, construídas coletivamente.

Destacam-se, nesse íterim, os critérios institucionais elaborados pela Coordenadoria de Desenvolvimento da Graduação (COORDEG/PROGRAD) quanto aos Projetos Político-Pedagógicos de Curso da instituição, por exemplo, assim como o desenvolvimento e a implementação dessas orientações que ocorrem por meio dos segmentos internos nos *campi*, quais sejam, os Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDEs), as Coordenações e Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) dos cursos.

Nesse sentido, o fluxo de trabalho em torno de atendimento às diretrizes pedagógicas internas e externas atualmente realizado passa pelos eixos da orientação das estratégias (a cargo, principalmente, dos Fóruns por áreas de conhecimento e cursos); organização das estratégias, a partir da orientação recebida, desenvolvida principalmente pelos NuDEs e NDEs dos cursos e; por fim, o eixo de análise e assessoramento, desenvolvido principalmente pela Comissão de Apoio Técnico (CAT), vinculada à COORDEG/PROGRAD, tanto pelo trabalho *in loco* nos cursos/*campi* quanto pela emissão de pareceres quanto aos PPCs em construção ou em reconstrução.

Perfil de egresso

A UNIPAMPA, como universidade pública, deve proporcionar uma sólida formação acadêmica generalista e humanística aos seus egressos. Essa perspectiva inclui a formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social dos conhecimentos, habilidades e valores adquiridos na vida universitária e inserção em respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional e nacional sustentáveis, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática.

Formar o egresso com o perfil definido pela UNIPAMPA é uma tarefa complexa, na medida em que requer o exercício da reflexão e da consciência acerca da relevância pública e social dos conhecimentos, das competências, das habilidades e dos valores adquiridos na vida universitária, inclusive sobre os aspectos éticos envolvidos. A formação desse perfil exige uma ação pedagógica inovadora, centrada na realidade: dos **contextos sociocultural, educacional, econômico e político** da região onde a Universidade está inserida. Pressupõe, ainda, uma concepção de educação que

reconheça o protagonismo de todos os envolvidos no processo educativo e que tenha a interação como pressuposto epistemológico da construção do conhecimento.

Pretende-se uma Universidade que intente formar egressos críticos e com autonomia intelectual, construída a partir de uma concepção de conhecimento **socialmente referenciada e comprometida** com as necessidades contemporâneas locais e globais.

Seleção de conteúdos

Para alcançar esse propósito, torna-se fundamental ter estruturas curriculares flexíveis, que ultrapassem os domínios dos **componentes curriculares**, construídas a partir das diretrizes curriculares e referenciais orientadores nacionais; que **valorizem a relação teórico-prática** e reconheçam a **interdisciplinaridade** como elemento fundante da construção do saber.

Atualmente, as matrizes curriculares dos cursos de graduação são (re)construídas considerando os elementos estruturantes previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso, ou nos referenciais orientadores, ou em outras experiências de cursos similares existentes em outras IES. Essas orientações são debatidas pelos NDEs, Comissões de Curso e CAT/COORDEG/PROGRAD.

Nesse contexto, é imprescindível a existência de um corpo docente que se comprometa com a realidade institucional local, de forma reflexiva e permanentemente qualificada, de forma a responder aos desafios contemporâneos da formação acadêmico-profissional.

Princípios metodológicos

Em consonância com os princípios gerais do Projeto Institucional e da concepção de formação acadêmica, o ensino será pautado pelos seguintes princípios específicos:

1. formação cidadã, que atenda ao perfil do egresso participativo, responsável, crítico, criativo e comprometido com o desenvolvimento sustentável;

2. educação compromissada com a articulação entre os sistemas de ensino e seus níveis: educação básica e educação superior;
3. qualidade acadêmica, traduzida na coerência, na estruturação dos currículos, nas práticas pedagógicas, na avaliação e pelo conhecimento pautado na ética e compromissado com os interesses públicos;
4. universalidade de conhecimentos, valorizando a multiplicidade de saberes e práticas;
5. inovação pedagógica, que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos usando novas práticas;
6. equidade de condições para acesso e permanência no âmbito da educação superior;
7. consideração do discente como sujeito no processo educativo;
8. pluralidade de ideias e concepções pedagógicas;
9. incorporação da pesquisa como princípio educativo, tomando-a como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação.

Para tanto, é condição necessária uma prática pedagógica que conceba a construção do conhecimento como o resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, que não se esgotam nos espaços e tempos delimitados pela sala de aula convencional; uma prática que articule o ensino, a pesquisa e a extensão como base da formação acadêmica, desafiando os sujeitos envolvidos a compreender a realidade e a buscar diferentes possibilidades de transformá-la. A prática pedagógica precisa assumir, como princípio balizador, o reconhecimento do educando como sujeito do processo educativo, reconhecendo as diferentes formas de aprendizagem e as características pessoais, sem, no entanto, reduzi-los a sua singularidade.

A metodologia de ensino envolve um conjunto de estratégias, métodos e técnicas relacionados ao processo de ensino e aprendizagem, comprometidas com a interdisciplinaridade, a contextualização, a relação teórico-prática, o desenvolvimento do espírito científico e a formação de sujeitos autônomos e cidadãos, como, por exemplo, metodologia da problematização/aprendizagem baseada em problemas (parte da realidade, do estudo de casos/problemas); pesquisa como princípio educativo; temas geradores; seminários; debates; aula expositiva dialogada; aulas semipresenciais com

suporte das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e EaD; uso da Plataforma *Moodle*.

Processo de Avaliação

A avaliação do discente da UNIPAMPA é entendida como um trabalho pedagógico processual, cumulativo e contínuo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos (conforme Art. 58, da Resolução 29/2011). A avaliação está compreendida como reflexão crítica sobre a prática, necessária à formação de novas estratégias de planejamento, percebida como um processo contínuo e democrático. É necessário deixar evidente que não se trata de uma avaliação punitiva. Deve ser processual e não apenas visar um resultado final. Isso posto, deve prever atividades de recuperação ao longo do processo de ensino-aprendizagem, explicitado e registrado nos planos de ensino.

Atividade prática profissional, complementares e de estágios

De acordo com o estabelecido nas diferentes Diretrizes Curriculares Nacionais de cursos de graduação, está previsto que os cursos devem informar as normas e/ou o regulamento para realização dos estágios e requisitos para que a carga horária despendida na realização do estágio integre a carga horária total do curso. O estágio curricular consta na matriz curricular e a carga horária destinada à sua realização é computada para a integralização da carga horária total do curso.

Na questão dos estágios, também são observadas algumas especificidades, como, por exemplo, nos cursos de licenciaturas e de pedagogia, nos quais os acadêmicos que exercem atividade docente regular na Educação Básica poderão ter redução da carga horária de estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 horas (conforme Resolução CNE/CP nº 02/2002, Art. 1º, Parágrafo Único).

Também existe a orientação de que sejam explicitadas no regimento dos cursos as normas para realização de Atividades Complementares de Graduação (ACG), as quais devem constar na matriz curricular. A carga horária destinada à realização dessas

atividades conta para a integralização da carga horária total do curso. As ACG classificam-se em quatro grupos, conforme Resolução 29/2011: Atividades de Ensino; Atividades de Pesquisa; Atividades de Extensão; Atividades Culturais, Artísticas, Sociais e de Gestão. Cabe à Comissão de Curso analisar e definir no respectivo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) a carga horária mínima a ser cumprida pelo discente em ACG, considerando-se as diretrizes curriculares nacionais para cada curso e a carga horária mínima de 10% em cada um dos grupos de ACG anteriormente citados. Cabe à Comissão de Curso definir critérios para aproveitamento e equivalência de carga horária de ACG.

Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares:

De acordo com o documento *Elementos do Projeto Político-Pedagógico de Curso de Graduação da UNIPAMPA* (2011), a matriz curricular deverá ser coerente com os objetivos do curso e com o perfil profissiográfico. Em sua arquitetura, devem constar também todos os componentes curriculares previstos nos pareceres e nas resoluções específicas que tratam sobre as diretrizes curriculares do curso. Os elementos de inovação incentivados são a própria flexibilização curricular da matriz do curso, a interdisciplinaridade, a contextualização e a indissociabilidade entre pesquisa, ensino, extensão, assim como a relação entre teoria e prática. Sugere-se que a estrutura da matriz curricular seja desenhada contendo eixos curriculares, que podem funcionar transversalmente, ou seja, atravessam todo o percurso curricular, atendendo à perspectiva generalista do profissional da área, evitando fragmentações. Orienta-se para a construção do eixo integrador ou eixo norteador do curso e eixos curriculares (por semestre ou por módulos ou anual). Cada eixo pode ser composto por componentes curriculares que contemplem temáticas comuns e relativas à sua área de conhecimento. Os saberes discentes organizam-se em componentes curriculares articulados em torno de eixos, módulos ou atividades. Os eixos derivam-se dos conteúdos essenciais e com eles se articulam, visando efetivar o perfil profissiográfico proposto no PPC. A proposição de Seminários Integradores semestrais possibilita também a integração dos componentes curriculares.

Orienta-se que a interdisciplinaridade e a flexibilização curricular sejam desenvolvidas no curso a partir de atividades, projetos de ensino-aprendizagem ou eixos que

integram os componentes curriculares. Nesse aspecto, as atividades complementares de Graduação, atividades semipresenciais, projetos de ensino-aprendizagem, estágios, aproveitamentos de estudo, atividades de extensão, de pesquisa, atividades práticas, além de proporcionarem a relação teoria e prática, apresentam ao currículo a ser proposto a flexibilidade necessária para garantir a formação do perfil do egresso generalista e humanista. Os conteúdos dos componentes curriculares devem estar compatíveis com o perfil definido para o egresso e alinhados às mais recentes necessidades de aprimoramento nas práticas do Curso. Orienta-se que estas questões sejam embasadas teoricamente, permeadas por inúmeras iniciativas de capacitação prática complementar à teoria, materializadas por visitas técnicas, eventos de capacitação promovidos intra e extracampus, bem como atividades de pesquisas aplicadas em instituições públicas locais. Os cursos poderão oferecer componentes curriculares na modalidade semipresencial, de acordo com a legislação vigente.

Oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos

No atual momento de desenvolvimento pedagógico da UNIPAMPA, registra-se a existência de algumas atividades que podem ser caracterizadas como “oportunidades diferenciadas” de integralização dos cursos; todavia, destaca-se que essas ocorrências se constituem em propostas isoladas, alheias a uma discussão coletiva e institucional, desenvolvidas por algumas iniciativas docentes. Dentre estas, destacam-se:

- a integração de projetos, programas e ações de ensino-pesquisa-extensão com componentes curriculares;
- a mobilidade docente intercurso;
- as experiências de mobilidade discente em estruturas curriculares interdisciplinares já existentes na instituição, nos âmbitos de intercurso e intercampi.

Como foi relatado, essas experiências têm ocorrido de forma pontual na instituição e não está delineada, ainda, como uma proposição institucional de fomento e desenvolvimento dessas oportunidades diferenciadas.

CORPO DOCENTE

Histórico da preparação pedagógica do corpo docente da UNIPAMPA

Desde o período de criação da UNIPAMPA, os grupos que compõem a estrutura administrativa e os *campi* têm dado relevância aos processos de reflexão sobre a prática e estudos de questões pedagógicas entre os docentes, com a finalidade de oferecer um ensino de qualidade. Um dos primeiros pontos a ser destacado nesta linha é a construção de uma missão, no Plano de Desenvolvimento Institucional do período 2009-2013, que demonstra o compromisso da UNIPAMPA com a excelência e a importância da formação para tal.

A Universidade Federal do Pampa, como instituição social comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento sustentável da região e do país. (PI, 2009).

Com a necessidade de proporcionar ao corpo docente a reflexão e estudo sobre suas práticas e ofertar subsídios para o ensino de qualidade, iniciou-se, ainda em 2008, ano da criação da Universidade, uma série de encontros com o propósito de alcançar estes objetivos. Assim, em março de 2008 foi promovido o primeiro evento de integração e o planejamento institucional, intitulado: *Seminário de Desenvolvimento Profissional: Pedagogia Universitária*, com a participação de todos os professores da Instituição. O evento realizado em Bagé, nos dias 13 e 14 de março de 2008, teve como foco as linhas gerais do que viria a ser o primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIPAMPA e a construção do projeto político-pedagógico que deveria orientar os projetos de toda a Universidade.

Considerando o novo ordenamento legal e normativo da Educação Superior no Brasil, bem como da política e diretrizes curriculares dos cursos de graduação, foi necessário analisar o contexto socio-cultural-educacional e político-econômico da região numa nova perspectiva de implantação e inserção da UNIPAMPA. A atividade culminante do Seminário foi a elaboração do “perfil do egresso”, uma forma de dar sustentação ao projeto de formação acadêmica da Universidade.

O II *Seminário de Desenvolvimento Profissional: Pedagogia Universitária* foi realizado em Santana do Livramento, no período de 17 a 19 de fevereiro de 2009. O

objetivo foi focado na capacitação dos docentes para o planejamento dos cursos e disciplinas, visando definir o perfil do egresso a ser adotado pela UNIPAMPA, por isso, foram convocados todos os professores e dirigentes. Desta forma, retomou-se o processo de análise do significado e das implicações do perfil do egresso adotado pela UNIPAMPA na prática docente. Discutiu-se ainda, a identificação das principais potencialidades e dificuldades dos professores para atuarem no alcance do perfil desse egresso, destacando-se: principais características dos objetivos; das metodologias/estratégias de ensino; das modalidades de avaliação a serem utilizadas nos planos de ensino de graduação e pós-graduação; do estabelecimento do perfil pretendido para o professor da Instituição com a indicação de bases e diretrizes a serem observadas nos próximos concursos docentes; e a construção do programa institucional de formação continuada dos professores da UNIPAMPA.

Acrescenta-se a estes eventos o resultado das reuniões institucionais de planejamento estratégico do Campus - PEC, que assinala a necessidade de uma política institucional mais incisiva para as questões pedagógicas da Universidade, expressa no Projeto Institucional (primeiro PDI), com o propósito da construção do Programa Institucional de Formação Continuada dos professores da UNIPAMPA.

Com os resultados dos anos anteriores, em 2010, dando continuidade as atividades, realizou-se o *III Seminário de Desenvolvimento Profissional: Pedagogia Universitária: A profissão docente e os desafios no processo ensino-aprendizagem*. O evento teve o intuito de promover a integração intercampi do corpo docente, o desenvolvimento profissional dos professores e o ensino de qualidade. A terceira edição do Seminário aconteceu no Campus de Santana do Livramento, nos dias 15, 16 e 17 de março. Neste seminário aprofundou-se o debate sobre a importância da capacitação dos docentes para o processo adequado de ensino-aprendizagem.

Em 2011, o *IV Seminário de Desenvolvimento Profissional Docente: Planejamento e Avaliação da Aprendizagem na Educação Superior*, realizado nos dias 23 e 24 de fevereiro, na cidade de Santana do Livramento/RS, procurou aprofundar os conhecimentos referentes ao planejamento e à avaliação da aprendizagem na Educação Superior. Foram ministradas diversas oficinas onde os docentes puderam buscar atividades relacionadas com a realidade dos cursos onde ministram aulas e aperfeiçoar técnicas para atividades futuras.

O *V Seminário de Desenvolvimento Profissional Docente: Práticas Docentes em construção: realidades e perspectivas* foi realizado nos dias 08 e 09 de março de

2012, na cidade de Bagé. Este evento teve como objetivo ser um espaço de formação continuada dos docentes e de (com)partilhamento do que a Universidade tem construído nas práticas docentes, valorizando-as e fomentando a inovação pedagógica, na busca da melhoria da qualidade de ensino e das próprias práticas pedagógicas.

Além dos seminários docentes, realizados todos os anos na UNIPAMPA, desde sua implantação, é importante ressaltar que a Coordenadoria de Desenvolvimento Pedagógico – COORDEP (até o início do presente ano denominada de Coordenadoria de Assessoramento Pedagógico - CAP), também realizou três grandes seminários para professores ingressantes, todos em Bagé: I Seminário para Professores Ingressantes, nos dias 10 e 11 de janeiro de 2011; II Seminário para Professores Ingressantes, nos dias 26 e 27 de julho de 2011 e o III Seminário para Professores Ingressantes, no dia 07 de março de 2012. Esses seminários tiveram como objetivos principais: recepcionar e acolher o professor ingressante; apresentar a UNIPAMPA nos seus aspectos normativos, estruturais e nas suas concepções pedagógicas adotadas, como forma de integrar estes novos docentes à realidade de uma universidade multicampi e também criar uma perspectiva de apoio constante ao docente para aperfeiçoamento de suas práticas.

Com a demanda das universidades por docentes que atuem além da sala de aula, com atividades de pesquisa, extensão e gestão e na perspectiva de continuidade das ações formativas oferecidas aos docentes da UNIPAMPA, foi realizado o I Seminário de formação para Coordenadores de Curso de Graduação, nos dias 1º e 2 de fevereiro de 2011, em Bagé. Este evento teve como propósitos: conhecer e discutir sobre o papel do Coordenador de Curso e qualificar o trabalho do Coordenador de Curso, orientando-o na execução da sua ação na Universidade e auxiliando-o para uma gestão de qualidade. Com o propósito de manter a unidade de atuação dos Coordenadores Acadêmicos e consolidar a identidade institucional, a Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD realiza reuniões de trabalho e estudos sistemáticas com estes gestores. A partir deste documento, pretende-se dar seguimento a proposta de uma universidade engajada na formação continuada de seus docentes, com estratégias propostas para os próximos cinco anos que permitam ações nas diversas áreas do conhecimento e a proximidade de atender à missão de excelência no ensino e nas demais áreas de atuação docente.

Experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica

Para seleção e contratação de docentes pelas Universidades Federais não existe obrigatoriedade legal de experiências anteriores, porém nos casos em que achar necessário, é possível utilizar essas experiências para efeito de pontuação nos concursos. Na UNIPAMPA a experiência profissional é considerada na prova de títulos no momento do concurso público, considerando os últimos 5 (cinco) anos.

Critérios de seleção e contratação

Toda a contratação de docente nas Universidades Federais se dá por edital de concurso público a fim de atender as normativas estabelecidas na Lei 8.112 e na Lei 12.772, alterada pela MP 640/2013.

Requisitos de Titulação na Contratação

Os requisitos (critérios) utilizados na contratação dos servidores são estabelecidos a partir do edital público de acordo com a natureza e a abrangência do cargo a ser ocupado. Os requisitos para ingresso na carreira são definidos no âmbito do Conselho de Campus, sendo exigido título de Doutor, conforme Lei 12.772/2012, alterada pela MP 640/2013, podendo ser exigida titulação de mestre, especialista ou apenas graduação quando devidamente justificado e aprovado pelo Conselho Superior da Instituição.

Seleção do corpo docente

O Concurso Público para Cargos de Professor da Carreira do Magistério Superior da Universidade Federal do Pampa consta das seguintes provas:

- a. Prova Escrita;
- b. Prova Didática;
- c. Prova de Defesa do Memorial de Trajetória Acadêmica;

d. Prova de Títulos.

Nos concursos para o provimento de vagas temporárias e de substitutos não é realizada a prova escrita e o edital segue o modelo de processo seletivo simplificado.

Cabe ao Conselho do Campus, no qual o concurso será realizado, deliberar sobre a área de conhecimento, os requisitos para ingresso no cargo, pesos dos critérios de avaliação das provas e o número de vagas do concurso. As normas para a realização de concursos públicos destinados ao provimento do cargo de professor da carreira do magistério superior da Universidade observam a Resolução 55/2013 do Conselho Superior Universitário (CONSUNI), recentemente elaborada, com base na Lei nº 12.772/2012, alterada pela Medida Provisória nº 614/2013.

Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, há possibilidade de contratação de professores substitutos, com base na Lei nº 8.745/93.

Procedimentos para substituição eventual

Para afastamentos ou licenças de professores por período superior a 90 dias são contratados professores substitutos, com base na Lei 8.745/1993. A seleção destes profissionais temporários ocorre através de processo seletivo simplificado.

Plano de carreira, regime de trabalho e políticas de aperfeiçoamento

No Brasil, há finalmente o reconhecimento de que são imprescindíveis políticas permanentes e consolidadas de desenvolvimento de pessoal. Em relação ao posicionamento do Governo Federal, a concretização dessa política pode ser constatada no texto do Decreto 5.707/2006, que fixa em seu art. 1º:

Fica instituída a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, a ser implementada pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, com as seguintes finalidades:

I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão;

II – desenvolvimento permanente do servidor público;

III – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual;

IV – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação;

V – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.

Esta política não afeta o corpo docente das universidades federais em termos de plano de carreira. Neste caso, o Plano de Carreira do Servidor Docente do quadro de pessoal da UNIPAMPA é o que está determinado na Carreira do Magistério Superior, regida pela Lei 12.772/2012 complementar a Lei 8.112/1990 e é estruturada em classes A, B, C, D e E, e respectivos níveis de vencimento. Estas classes são designadas por:

I - Classe A, com as denominações de:

- a) Professor Adjunto A, se portador do título de doutor;
- b) Professor Assistente A, se portador do título de mestre ou;
- c) Professor Auxiliar, se graduado ou portador de título de especialista.

II - Classe B, com a denominação de Professor Assistente;

III - Classe C, com a denominação de Professor Adjunto;

IV - Classe D, com a denominação de Professor Associado;

V - Classe E, com a denominação de Professor Titular.

Para fins de progressão o docente depende do tempo de serviço e da titulação. As propostas de aperfeiçoamento são utilizadas como complemento da formação, sem efeito direto na carreira do docente.

O regime de trabalho pode ser de 20h, 40h e 40h com dedicação exclusiva (DE). Na UNIPAMPA, os concursos têm sido prioritariamente no regime de 40 horas semanais e dedicação exclusiva (DE). Todos os professores do quadro atualmente possuem o regime de 40 horas semanais com dedicação exclusiva.

Este docente, regido pela carreira do magistério superior do governo federal, também faz parte do universo que compõem a UNIPAMPA. E se enquadra no propósito estabelecido no estatuto da Universidade sobre a mesma:

[...] instituição social comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade, é bem público que se constitui como lugar de exercício da consciência crítica, no qual a coletividade possa repensar suas formas de vida e sua organização política, social e econômica (art. 2º).

Para alcançar este objetivo, a Universidade instituiu políticas de aperfeiçoamento do corpo docente, que devem possibilitar o crescimento profissional destes e ampliar o conhecimento sobre as bases que poderão gerar consciência crítica e suporte para a organização política, social e econômica do ambiente à sua volta.

As políticas de aperfeiçoamento do corpo docente na UNIPAMPA são estruturadas a partir de um Programa de Desenvolvimento Profissional, coordenado pela COORDEP. Este programa está sustentado em três pilares:

- Docência como profissão que se (re)contrói permanentemente e por isso tem a necessidade de uma atenção sobre novas práticas e inovações nas áreas do conhecimento;
- Práticas de formação que tomem a dimensão coletiva, possibilitando a percepção de unidade da Universidade e também da diversidade que compõem a Universidade, nas mais diversas formas de atuação do docente;
- Reflexão sobre a prática, com o uso de experiências dos próprios docentes como forma de gerar debate, reflexão, aprendizado e aperfeiçoamento das suas atividades.

O Programa de Desenvolvimento Profissional tem como princípio a atuação pela formação continuada, que deve ocorrer com três principais focos de ação:

- Aperfeiçoamento à docência - cursos; seminários; oficinas;
- Professores ingressantes - com atividades que integrem estes novos docentes e permitam que os mesmos conheçam a Instituição que estão integrando e suas políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão.
- Gestão de Processos Educacionais - como forma de dinamizar as ações e qualificar o trabalho em todos os níveis da Instituição.

Expansão do corpo Docente

O quadro de servidores docentes é composto por 357 Professores Adjuntos, 231 Professores Assistentes, 3 Professores Associados e 1 Professor Auxiliar. O quantitativo é estabelecido através do Banco de Professores Equivalentes, conforme decreto nº 7.485/2011, atualizado pelas Portarias Interministeriais nº 440/2011, nº 405/2012, nº 24/2013 e nº 182/2013 totalizando um banco de 1416,13 equivalente a 833 professores com dedicação exclusiva. Na distribuição das vagas entre os *campi*, inicialmente acontece a liberação de vagas pelo MEC à UNIPAMPA. Esta liberação é tornada pública através de portaria publicada no Diário Oficial da União. A partir deste momento, é realizada a alocação das vagas recebidas aos *campi*. Essa alocação é feita

por uma comissão que realiza um estudo considerando dados de cada Campus, tais como carga horária das disciplinas, número de alunos e número de docentes. A alocação passa a ser válida após aprovação do CONSUNI. A partir de então se inicia o processo de execução do concurso.

Ações previstas para aperfeiçoamento do corpo docente no período 2014-2018

- a. Promover ações de formação continuada dos professores, como forma de garantir o aperfeiçoamento pedagógico;
- b. Dar continuidade à promoção de encontros e reuniões com temas relevantes identificados a partir da observação e análise da realidade, visando efetivar a proposta institucional;
- c. Estimular o uso dos recursos tecnológicos disponíveis na Instituição;
- d. Analisar e refletir sobre o sistema de avaliação adotada na UNIPAMPA, promovendo ações de melhoria no processo ensino aprendizagem;
- e. Colher dados e informações significativas que subsidiem o trabalho com o estudante;
- f. Constituir-se um espaço de produção e socialização de conhecimento sobre os processos de ensino-aprendizagem da instituição – Pedagogia Universitária;
- g. Fomentar nas atividades docentes a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
- h. Favorecer a troca de experiências pedagógicas entre os professores;
- i. Incentivar o desenvolvimento de pesquisas e metodologias para o ensino superior;
- j. Assessorar os docentes no planejamento de suas atividades curriculares e de ensino propondo alternativas metodológicas a partir de reflexões coletivas;
- k. Realizar anualmente o Seminário de Desenvolvimento Profissional Docente;
- l. Qualificar o trabalho do Coordenador de Curso de Graduação, orientando-o na execução da sua ação na Universidade e auxiliando-o para uma gestão de qualidade;
- m. Potencializar a formação administrativo-pedagógica do Coordenador Acadêmico dos *campi*;

- n. Potencializar a construção da identidade do Coordenador de Curso de Graduação;
- o. Promover ação formativa aos docentes ingressantes;
- p. Investir em sólida formação voltada ao profissionalismo docente;
- q. Potencializar e consolidar a identidade docente, considerando o perfil anunciado no Plano de Desenvolvimento Institucional;
- r. Valorizar as práticas docentes, fomentando a inovação pedagógica.

CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Critérios de Seleção e Contratação

Os requisitos utilizados na contratação dos servidores são estabelecidos a partir da legislação que regulamenta o regime jurídico dos servidores públicos civis da União. Por ser uma instituição pública que cumpre os critérios estabelecidos na legislação vigente, o processo de seleção ocorre por meio de concurso público.

Políticas de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho

No Brasil, há o reconhecimento de que são imprescindíveis políticas permanentes e consolidadas de desenvolvimento de pessoal. Em relação ao posicionamento do governo, a concretização dessa política pode ser constatada no texto do Decreto 5.707/06, que fixa em seu Art. 1º:

Fica instituída a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com as seguintes finalidades:

- I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão;
- II – desenvolvimento permanente do servidor público;
- III – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual;
- IV – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e
- V – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.

Em consonância com essa política, foi concebida a carreira que, apresentada e negociada com o Governo Federal, foi transformada em acordos expressos na Lei 11.091/2005 para os técnico-administrativos em educação. Nessa carreira, o desenvolvimento dos servidores ficou condicionado à qualificação e ao desempenho e não mais ao tempo de serviço, caracterizando o compromisso dos trabalhadores em educação com a qualidade do fazer das instituições federais de ensino.

A Política de Desenvolvimento de Pessoal da UNIPAMPA está pautada na natureza dinâmica do fazer da Universidade, no desenvolvimento permanente do quadro de pessoal, na garantia da qualidade dos processos de trabalho e, também, na participação dos servidores. Para garantir o objetivo de desenvolver e qualificar os servidores técnico-administrativos em educação as estratégias utilizadas são:

- Programas de capacitação que contribuam para a profissionalização dos servidores;

- Convênios com outras instituições para a oferta de cursos de educação formal que visem à qualificação do servidor;

- Participação de servidores em eventos externos de capacitação (seminários, congressos, reuniões técnicas, cursos etc.).

Como forma de contribuir para esse processo de qualificação, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) de Desenvolvimento de Pessoal como espaço representativo e produtivo, que produziu a proposta do Plano de Desenvolvimento de Pessoal, debatido e aprovado em 2010. Paralelamente a isso se criou o Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal – NUDEPE, órgão administrativo, vinculado ao Gabinete da Reitoria e constituído em dezembro de 2009, com a finalidade de implantar e coordenar as ações do Programa de Capacitação dos servidores técnico-administrativos em educação. O Programa visa o desenvolvimento do servidor como profissional e cidadão, capacitando-o para as ações de gestão pública e para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da Universidade. Em 2010, houve a institucionalização do Plano de Desenvolvimento de Pessoal e do Programa de Capacitação por meio das Resoluções nº 23 e 24/2010.

Em 25 de novembro de 2011, o Conselho Universitário aprovou a Resolução nº 36, referente à Programação de Ações de Capacitação dos Servidores 2011/2012. Essa programação foi constituída a partir de três diferentes levantamentos de necessidades, dada estrutura de múltiplas unidades acadêmicas e a distância física entre as cidades da Instituição. A partir desse levantamento, foi organizado um rol inicial de atividades de desenvolvimento, que será permanentemente atualizado a partir de novas necessidades que vierem a ser diagnosticadas.

Atualmente, a UNIPAMPA realiza suas ações de capacitação com base na Resolução nº 36/2011 e também por meio de demandas específicas oriundas das Unidades e pertinentes à rotina de trabalho.

O plano de carreira dos servidores técnico-administrativos em educação é estabelecido pela Lei 11.091/2005, alterada pela Lei 12.772/2012, sendo dividido em cinco classes: A, B, C, D e E. Essas classes são conjuntos de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições. O quadro de pessoal da

UNIPAMPA conta atualmente com as Classes “D” e “E”. Cada uma dessas classes divide-se em quatro níveis de capacitação (I, II, III e IV), sendo que cada um desses níveis tem 16 padrões de vencimento básico¹.

O regime de trabalho dos servidores é de 40 horas semanais, salvo em casos excepcionais de cargos com jornada específica em Lei ou outras situações dispostas no Decreto 1.590/1995, em conformidade com o estabelecido na Lei 8.112/ 1990.

Evolução do Corpo Técnico-Administrativo da UNIPAMPA

O corpo técnico-administrativo da UNIPAMPA foi estruturado ao longo dos últimos seis anos, conforme quantitativo abaixo relacionado:

	dez/2007	dez/2008	dez/2009	dez/2010	dez/2011	dez/2012
Servidores TAE	167	151	148	459	560	551

A UNIPAMPA dispõe hoje de um quadro de lotação de 808 cargos técnico-administrativos em educação, sendo 427 cargos de Nível “D” e 381 cargos de Nível “E”². Desse total, atualmente estão ocupados 269 cargos de Nível “D” e 272 cargos de Nível “E” e estão previstos, com concurso público em fase de homologação do resultado final, mais 57 cargos de Nível “D” e 41 cargos de Nível “E” (Edital 39/2013), e previsão de abertura de novo concurso público para provimento de cargos que não foram contemplados no Edital 39/2013.

Esses números refletem o crescimento da Instituição e a necessidade de ampliação do número de servidores capacitados para atuar nas diferentes demandas da UNIPAMPA. Para os próximos anos, relativos a este PDI (2014-2018) faz-se necessário um planejamento, a partir do mapeamento de todas as necessidades institucionais, no que diz respeito à manutenção e ao desenvolvimento da Universidade.

¹ Fonte: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/cds/files/2010/07/Plano-de-Carreira-do-Servidor-T%C3%A9cnico-Administrativo-da-Unipampa.pdf>

² Atualizado em 03/06/2013.

CORPO DISCENTE

Formas de acesso

Na UNIPAMPA, o processo seletivo é realizado por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), da Secretaria de Educação Superior/MEC, utilizando exclusivamente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

A seguir apresentam-se os dados do processo seletivo 2012:

Quadro 1 - Processo Seletivo SiSU 2012

CURSOS OFERECIDOS	CAMPUS	VAGAS	INGRESSANTES³
Ciências da Computação	Alegrete	50	50
Engenharia Civil	Alegrete	50	50
Engenharia Elétrica	Alegrete	50	49
Engenharia Mecânica	Alegrete	50	50
Engenharia Agrícola	Alegrete	25	25
Engenharia de Software	Alegrete	50	50
Engenharia de Telecomunicações	Alegrete	50	50
Engenharia da Computação	Bagé	50	50
Engenharia de Alimentos	Bagé	50	50
Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente	Bagé	50	50

³ A coluna "Ingressantes", do quadro acima, apresenta o somatório dos ingressantes do 1º e 2º semestres de 2012 referente somente à forma de ingresso Processo Seletivo via SiSU. Alguns cursos possuem maior número de ingressantes do que o número de vagas ofertadas no Processo Seletivo SiSU 2011 devido ao ingresso ter sido feito através de liminar judicial.

Engenharia de Produção	Bagé	50	50
Engenharia Química	Bagé	50	49
Física – Licenciatura	Bagé	50	50
Matemática – Licenciatura	Bagé	50	50
Letras – Hab em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa; Hab em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e respectivas literaturas; Hab em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Respectivas Literaturas – Licenciatura	Bagé	100	100
Química – Licenciatura	Bagé	50	50
Música – Licenciatura	Bagé	25	25
Geofísica	Caçapava do Sul	40	40
Geologia	Caçapava do Sul	50	50
Ciências Exatas – Licenciatura	Caçapava do Sul	40	40
Mineração – Tecnólogo	Caçapava do Sul	40	40
Engenharia Ambiental e Sanitária	Caçapava do Sul	50	50
Zootecnia	Dom Pedrito	50	50
Enologia	Dom Pedrito	50	50
Agronegócios – Tecnólogo	Dom Pedrito	50	50
Ciências da Natureza – Licenciatura	Dom Pedrito	50	50
Agronomia	Itaqui	50	50
Ciência e Tecnologia de Alimentos	Itaqui	50	50
Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia – Noturno	Itaqui	75	75
Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia – Integral	Itaqui	75	75
Nutrição	Itaqui	50	50

Engenharia de Agrimensura	Itaqui	50	50
Matemática – Licenciatura	Itaqui	50	50
Letras – Hab Português/Espanhol - Licenciatura – Integral	Jaguarão	50	51
Letras – Hab Português/Espanhol - Licenciatura – Noturno	Jaguarão	50	50
Gestão de Turismo – Tecnólogo	Jaguarão	50	52
História – Licenciatura	Jaguarão	50	49
Pedagogia – Licenciatura	Jaguarão	50	50
Produção e Política Cultural	Jaguarão	50	51
Administração – Matutino	Santana do Livramento	50	50
Administração – Noturno	Santana do Livramento	50	53
Gestão Pública – Tecnólogo	Santana do Livramento	50	51
Relações Internacionais	Santana do Livramento	50	50
Ciências Econômicas	Santana do Livramento	50	50
Comunicação Social – Jornalismo	São Borja	50	50
Comunicação Social – Publicidade e Propaganda	São Borja	50	50
Ciências Sociais - Ciência Política	São Borja	50	50
Serviço Social	São Borja	50	50
Relações Públicas	São Borja	50	50
Ciências Humanas	São Borja	50	50
Ciências Biológicas	São Gabriel	30	30

Ciências Biológicas – Licenciatura	São Gabriel	30	30
Engenharia Florestal	São Gabriel	50	50
Gestão Ambiental	São Gabriel	50	50
Biotecnologia	São Gabriel	50	50
Enfermagem	Uruguaiiana	50	50
Farmácia	Uruguaiiana	50	50
Fisioterapia	Uruguaiiana	50	50
Medicina Veterinária	Uruguaiiana	80	82
Educação Física - Licenciatura	Uruguaiiana	50	49
Aquicultura - Tecnólogo	Uruguaiiana	50	50
Ciências da Natureza - Licenciatura	Uruguaiiana	50	50
TOTAL		3110	3116

Fonte: Sistema de Informações para o Ensino - SIE

Outras Formas de Ingresso

Conforme estabelece a Resolução nº 29/2011, a UNIPAMPA apresenta as outras formas de ingresso que foram disponibilizadas durante o ano de 2012. A seguir, o quadro com o respectivo número de ingressantes.

Quadro 2 - Outras formas de ingresso

TIPO DE PROCESSO	NÚMERO DE INGRESSANTES
Indígenas Aldeados	07
Uruguaios Fronteiriços	15
Portador de Diploma	69
Reingresso	26

Transferência Voluntária	77
Reopção	76
Transferência Compulsória (<i>Ex-Officio</i>)	09
Plataforma Paulo Freire	05
Convênio – I. F. Farroupilha	22
TOTAL	306

Fonte: Sistema de Informações para o Ensino – SIE

Política de Assistência Estudantil e Comunitária

Com abrangência institucional, a política de assistência estudantil e comunitária é considerada de extrema importância, por viabilizar o acesso ao ensino superior público federal, no âmbito da democratização e da inclusão social, e por promover a permanência e a conclusão de curso pelos acadêmicos, a formação ampla e qualificada, bem como por combater as desigualdades sociais e regionais e a retenção. Ações na área da assistência estudantil resultam diretamente em indicadores, tais como captação de alunos, permanência, evasão, retenção e desempenho acadêmico.

Na UNIPAMPA, de forma articulada, a política de assistência estudantil e comunitária tem contribuído para o alcance de objetivos institucionais, propondo-se a atuar a partir das seguintes dimensões: do acesso ampliado à universidade; do estímulo e da permanência do educando nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; da qualidade do desempenho acadêmico; da formação universitária cidadã, do desenvolvimento de condições à cultura, ao esporte e ao lazer; do impulsionamento às temáticas e às proposições acadêmicas dos educandos e da inclusão e da acessibilidade para acadêmicos com deficiência.

As ações da UNIPAMPA são norteadas, sobretudo, pelo estabelecido no Programa Nacional de Assistência Estudantil do MEC (PNAES - Decreto nº 7234/2010), além do Plano de Desenvolvimento Institucional e as demais legislações pertinentes, sendo também guiada pelos seguintes princípios:

1. inclusão universitária plena, que proporcione o acesso de estudantes e a

- continuidade dos estudos a todos, igualmente, incluindo os grupos que historicamente estiveram à margem do direito ao ensino superior público;
2. igualdade de direitos ao atendimento das demandas dos educandos;
 3. democratização das informações sobre o acesso e as finalidades potencializadoras dos planos, programas, projetos, benefícios e ações;
 4. equidade na atenção aos educandos, na estrutura multicampi da UNIPAMPA;
 5. compromisso de apoio às formas de participação e de organização dos educandos na universidade;
 6. participação da comunidade universitária;
 7. descentralização no acompanhamento dos estudantes, assegurando equipe técnica qualificada nas unidades da universidade.

Os programas têm sido ampliados em relação ao quantitativo de concessões de auxílios financeiros, considerando as metas de expansão de matrícula dos ingressantes. Além disso, os seus valores têm sido reajustados periodicamente, dentro das possibilidades orçamentárias.

A UNIPAMPA tem trabalhado para implantar restaurante universitário e casa do estudante para cada uma das dez unidades acadêmicas. Atualmente, como política institucional de alimentação subsidiada, a UNIPAMPA adota o “Talheres do Pampa”, nome dado para facilitar a identificação/reconhecimento do Programa junto à comunidade.

Quanto à construção de moradias estudantis, a universidade se prepara para iniciar o Programa de Moradia Estudantil João-de-Barro que contará com o aporte orçamentário-financeiro de, pelo menos, R\$ 10 milhões.

A universidade avança no sentido de desenvolver projetos que assegurem a totalidade do atendimento ao estudante, tais como na área de saúde física e mental, esporte, lazer, informática, de apoio à organização estudantil, línguas estrangeiras, entre outros.

A ampliação da política também perpassa a ampliação do quadro de pessoal no âmbito dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE), a fim de garantir a execução e articulação das ações de acessibilidade e inclusão, atividades de cultura, lazer e esporte, ações de acompanhamento aos cotistas das políticas de ações

afirmativas e demais projetos. Em 2010, houve a implantação do quadro de assistentes sociais e, a partir disso, outros profissionais foram compondo as equipes dos NuDEs.

Para execução das ações de assistência estudantil, são utilizados recursos provindos do PNAES, havendo complementação de recursos próprios da Instituição, o que ilustra o comprometimento da UNIPAMPA com a política. Além disso, há um esforço conjunto dos dirigentes para captação de mais recursos junto ao MEC, o que tem rendido boas conquistas.

Os Programas e Ações de Assistência Estudantil

A UNIPAMPA desenvolve programas que visam melhorar as condições de acesso e de permanência dos acadêmicos na universidade, bem como contribuir com a qualificação do processo pedagógico, em uma perspectiva de formação plena e cidadã. A UNIPAMPA oferece e planeja os seguintes programas:

O Programa Bolsas de Permanência

No ano de 2009, foi implantado o Programa Bolsas de Permanência (PBP), instituído pela Instrução Normativa N.05/09. Esse programa auxilia os estudantes de graduação, em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ele atua em duas frentes, pois ao mesmo tempo em que viabiliza a permanência na universidade, possibilitando a continuidade dos estudos e evitando a evasão, vincula a manutenção a critérios acadêmicos, a fim de promover a melhoria do desempenho acadêmico e evitar a retenção.

Os critérios para inscrição e seleção ao programa são: estar regularmente matriculado em curso de graduação da UNIPAMPA em, no mínimo, 20 créditos semanais (exceto os alunos formandos); comprovar renda familiar mensal *per capita* não excedente a 1,5 salário-mínimo nacional; preencher o formulário de inscrição específico do programa, disponível no site da UNIPAMPA, e entregá-lo junto com a documentação solicitada em edital; apresentar documentos referentes à composição familiar, renda, situação patrimonial, comprovação de residência, situação acadêmica e

outros detalhados em edital, que comprovem a situação de vulnerabilidade socioeconômica do aluno e fundamentem a concessão do(s) auxílio(s).

No Programa Bolsas de Permanência, o estudante pode receber auxílios financeiros nas seguintes modalidades, conforme solicitação do estudante e comprovação da necessidade:

- Auxílio Alimentação – que contribui com as despesas decorrentes das necessidades de refeição diária do aluno;
- Auxílio Moradia – para atender os alunos cuja residência é externa à do município de seu Campus ou que não residam em região urbana pertencente ao município de seu Campus e que necessitam fixar residência em região urbana no município de seu Campus;
- Auxílio Transporte – que contribui com as despesas de transporte vinculadas às atividades acadêmicas regulares.

São realizadas edições anuais de seleção para entrada de beneficiários no Programa. Para se inscrever, o estudante necessita apresentar a documentação exigida nos termos do edital, a fim de comprovar sua situação de vulnerabilidade socioeconômica, juntamente com o formulário de inscrição.

A seleção dos bolsistas ocorre de acordo com o estabelecido em edital, havendo, necessariamente, etapas de inscrição, seleção, recursos e divulgação de resultados. A seleção compreende a avaliação socioeconômica, pela equipe técnica, formada por profissionais de Serviço Social da UNIPAMPA, com base na documentação apresentada e considerando os critérios estabelecidos no edital, cujo trabalho resultará na classificação dos beneficiados, de acordo com a ordem de prioridade de concessão do benefício. Essa etapa culminará na divulgação dos resultados no site e murais institucionais. Durante a seleção e acompanhamento dos beneficiários, poderão ser realizadas entrevistas e visitas domiciliares, a critério da assistente social.

O estudante que ingressa no Programa poderá receber os benefícios até encerrar suas atividades letivas por ocasião da colação de grau, desde que continue atendendo aos critérios acadêmicos (semestral) e de renda (anual), por meio de comprovação periódica junto ao Núcleo de Desenvolvimento Educacional de sua unidade.

Para manter-se no programa, o estudante deve apresentar desempenho acadêmico igual ou superior a 60% nas disciplinas em que estiver matriculado no semestre anterior; não obter nenhuma reprovação por frequência no semestre anterior; manter-se matriculado em, no mínimo, 20 créditos semanais e participar dos processos de reavaliações acadêmica e socioeconômica. A reavaliação acadêmica ocorre semestralmente e é realizada com base no histórico escolar do estudante beneficiário, acessado via sistema pelos profissionais do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), envolvidos na operacionalização da política de assistência.

A quantidade e o valor dos auxílios são periodicamente revistos, considerando os limites orçamentário-financeiros da Instituição. Os valores dos auxílios têm sido periodicamente reajustados.

Esse programa vem contribuindo, por meio do repasse de auxílio financeiro, para que os alunos consigam manter-se focados nas atividades acadêmicas durante o período do curso de graduação.

O Programa de Apoio à Instalação Estudantil

O Programa de Apoio à Instalação Estudantil (PBI), criado em 2010, é destinado aos estudantes ingressantes em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, apresentando uma renda *per capita* mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional, e que necessitam fixar residência no município de seu campus.

Assim, o PBI consiste na concessão de auxílio financeiro, em uma única parcela, para apoiar a instalação desses estudantes, os quais podem dispor do recurso para despesas com transportadora, aluguel e hospedagem inicial.

Para participar da seleção, o aluno deve estar devidamente matriculado e apresentar documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos do Programa, nos termos do edital, dentre os quais o formulário específico de inscrição.

Nesse momento de ingresso, os estudantes contam com o suporte dos NuDEs, que realizam mapeamento das possíveis ofertas de moradia nas cidades. Uma vez instalado, o estudante pode ser atendido por outras ações de assistência estudantil da UNIPAMPA.

O Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico (PBDA)

O PBDA foi instituído pela UNIPAMPA mediante Instrução Normativa N.02/2008, e foi revisado por meio da Instrução Normativa N.03/2009. O Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico (PBDA) é realizado em parceria com as Pró-Reitorias da área acadêmica, e permite que os estudantes previamente selecionados, nos termos do edital, adquiram experiência em uma das quatro modalidades de formação acadêmica, a saber: Iniciação à Pesquisa, Iniciação à Extensão, Iniciação ao Ensino (nas submodalidades Projeto de Ensino e Monitoria) e Iniciação à Gestão Acadêmica. Assim, o PBDA contribui para a manutenção financeira e permanência do aluno na universidade e promove sua qualificação acadêmica e profissional.

Nesse Programa, os proponentes (docentes ou técnicos) apresentam planos de atividades para bolsistas, os quais são analisados conjuntamente com outros documentos requeridos no processo, conforme edital, tais como Currículo Lattes e projetos registrados. Nos casos das modalidades de ensino, pesquisa e extensão, as propostas são analisadas pelas respectivas comissões. A verificação das propostas na modalidade de Gestão é realizada pela PRAEC, em interação com os gestores das unidades. Os requisitos que o estudante deve atender para concorrer a uma bolsa são apresentados em edital específico do Programa.

O Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos

O Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos visa incentivar a participação dos estudantes em eventos relevantes para sua formação, ao contribuir para as despesas inerentes à viagem. O valor do auxílio concedido varia de acordo com a localidade do evento e o período de participação do estudante.

O auxílio se destina a eventos cuja participação discente seja na condição de apresentador de trabalho, ministrante de oficina, membro de comissão organizadora, e representação.

O Programa de Moradia Estudantil João-de-Barro

O Programa de Moradia Estudantil João-de-Barro busca garantir uma estadia digna para os estudantes nos dez *campi*, oportunizando acolhimento, autonomia e solidariedade aos alunos ingressantes com baixa renda.

Algumas finalidades do Programa:

- Apoiar a formação acadêmica de acordo com os avanços políticos, institucionais e do conhecimento que a UNIPAMPA vem estabelecendo por meio de uma moradia segura e com qualidade;
- Garantir proteção, acolhimento e organização, possibilitando-os de forma segura o seu estabelecimento no município onde a UNIPAMPA está situada, durante seu processo de formação;
- Instaurar na comunidade acadêmica a cultura da autonomia, da solidariedade e do acolhimento na condição de estudante;
- Criar espaço de convivência e de desenvolvimento de projetos de extensão e de realização de eventos artísticos e culturais;
- Apoiar a mobilidade estudantil.

O Programa de Alimentação Subsidiada Talheres do Pampa

O Programa de Alimentação Subsidiada Talheres do Pampa consiste na concessão de refeições subsidiadas aos alunos de graduação, oferecendo à comunidade acadêmica uma alimentação nutricionalmente balanceada, e que observe os preceitos da segurança alimentar.

Ao ingressar na UNIPAMPA, os alunos de graduação passarão automaticamente a ter direito ao subsídio parcial, uma vez que uma parcela do valor será subsidiada pela universidade.

Aos alunos com comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, nos termos de edital do Programa, será concedido subsídio integral da refeição.

O Programa de Ações Afirmativas

Esse Programa busca garantir políticas que visem o pleno desenho de estratégias que potencializem o acesso e a permanência de parcelas sociais historicamente segregadas no ensino superior, bem como o sucesso acadêmico, em uma perspectiva de educação inclusiva e reflexiva.

A UNIPAMPA assume um compromisso com a sociedade no sentido de estabelecer ações voltadas ao exercício de uma cidadania ativa, abarcando políticas afirmativas. Para dar conta dessas políticas, a UNIPAMPA desenvolve programas por meio do NInA, Núcleo de Inclusão e Acessibilidade.

Dentre as políticas de inclusão, a UNIPAMPA desenvolve o Projeto Anauê (Presença Indígena). Nele se prevê o acompanhamento de estudantes indígenas aldeados, por meio de três linhas: a) Promoção da Interculturalidade como processo educativo importante para a convivência harmônica entre os povos, o que envolve a concessão de uma bolsa de desenvolvimento acadêmico ao indígena, com a finalidade de proporcionar sua iniciação científica e a familiarização com o mundo acadêmico por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão que contemplem a temática indígena, promovendo uma ligação entre o curso e as demandas e saberes indígenas ; b) apoio pedagógico aos estudantes indígenas, para minimização de barreiras culturais e linguísticas, o que inclui a disponibilização de aluno monitor e de professor tutor; c) apoio financeiro para instalação e permanência dos estudantes indígenas. Em processo seletivo específico realizado no primeiro semestre de 2012, ingressaram na universidade sete indígenas aldeados.

Além do Programa Anauê, a UNIPAMPA busca estabelecer e garantir, por meio das cotas, o ingresso às pessoas afrodescendentes no ensino superior, conforme as normativas legais que regem esse tema.

Dessa maneira, a UNIPAMPA busca desenvolver programas de acesso e permanência ao Ensino Superior, estabelecendo políticas que garantam a permanência de alunos de classes sociais menos favorecidas.

A ampliação da assistência estudantil tem sido um imperativo norteador da gestão como um todo, bem como a diversificação das ações para abarcar a formação integral do educando, e não apenas, tão somente, a assistência básica. Destaca-se aqui,

sobretudo, a importância de acompanhamento social e pedagógico do estudante assistido, a fim de se assegurar que o resultado seja atendido: permanência sem retenção e sucesso acadêmico.

Para o período de 2014 a 2018, a UNIPAMPA vislumbra um cenário de implantação de políticas de acesso e permanência nas unidades universitárias.

Eixos Orientadores das Ações 2014-2018

- Ingresso planejado
- Apoio pedagógico com acompanhamento e formação integral
- Permanência sem retenção
- Apoio à organização e convivência estudantil

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional reflete a forma como são estabelecidas as relações entre as diferentes atividades executadas e os níveis hierárquicos da Instituição. Representa também (graficamente) as relações hierárquicas e as instâncias de decisão: em nível de decisão superior os órgãos colegiados e em nível executivo a Reitoria e as Unidades Universitárias.

A estrutura organizacional na UNIPAMPA deve ser compreendida como algo dinâmico e sistêmico, refletindo a composição das necessidades acadêmicas, institucionais e da sociedade perante os desafios a ela colocados e refletem questões de organização, amadurecimento organizacional e as instâncias de decisões administrativas e suas diferentes relações.

Estrutura Organizacional Com As Instâncias De Decisão

Atualmente, a estrutura organizacional apresenta a seguinte constituição: a Administração Superior, as Unidades Acadêmicas e os órgãos complementares (conforme definido em seu Estatuto). Nesse sentido a Administração da Universidade, conforme consta na lei de criação da Universidade, é executada:

Art. 8º A administração superior da Unipampa será exercida pelo Reitor e pelo Conselho Universitário, no âmbito de suas respectivas competências, a serem definidas no estatuto e no regimento geral.

A Reitoria, como órgão da Administração Superior de execução das atividades, é atualmente apresentada pela Portaria nº 367, de 18 de Abril de 2013 (publicada no boletim de serviço 024/2013), e é apresentada no organograma por meio das Unidades Administrativas: Gabinete, órgãos de natureza institucional e as Pró-Reitorias, cada uma com suas atribuições definidas em regimento. De acordo com seu estatuto, “A Reitoria,

exercida pelo Reitor, é o órgão executivo de planejamento, coordenação, supervisão, avaliação e controle de todas as atividades universitárias”.

Órgãos Colegiados: Competência e Composição

Com a aprovação do Estatuto, foram implantados os seguintes órgãos colegiados: Conselho Universitário (como órgão superior de decisão Institucional e competências doutrinárias, normativas, deliberativas e consultivas sobre a política geral da Universidade), Conselho Curador, Comissões Superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão e os Conselhos de *Campus* (como órgão de decisão colegiada normativo, consultivo e deliberativo no âmbito da Unidade Universitária).

No âmbito da educação, essa modalidade de gestão é caracterizada pelo envolvimento da comunidade acadêmica (dirigentes, discentes, docentes, técnico-administrativos e representantes da comunidade externa) cuja participação se realiza por meio dessas instâncias colegiadas. Os órgãos colegiados têm possibilitado a implementação de uma forma de gestão em que diferentes segmentos da Comunidade Acadêmica participem dos processos decisórios e do acompanhamento, execução e avaliação das ações nas unidades.

Os Conselhos Superiores e Conselhos de *Campus* possuem estruturas e funcionamento distintos e foram definidos no estatuto da Universidade.

Também existem outros órgãos colegiados criados para atender determinações legais ou organizacionais:

- Comissão de Ética;
- Comitê de Ética em Pesquisa;
- Comissão de Ética no uso de animais;
- Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo;
- Comissão Permanente de Licitações;
- Comissão Própria de Avaliação;
- Comitê Local de Avaliação (um para cada Unidade Acadêmica);
- Comissão Central de Avaliação;
- Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Graduação (um para cada curso);

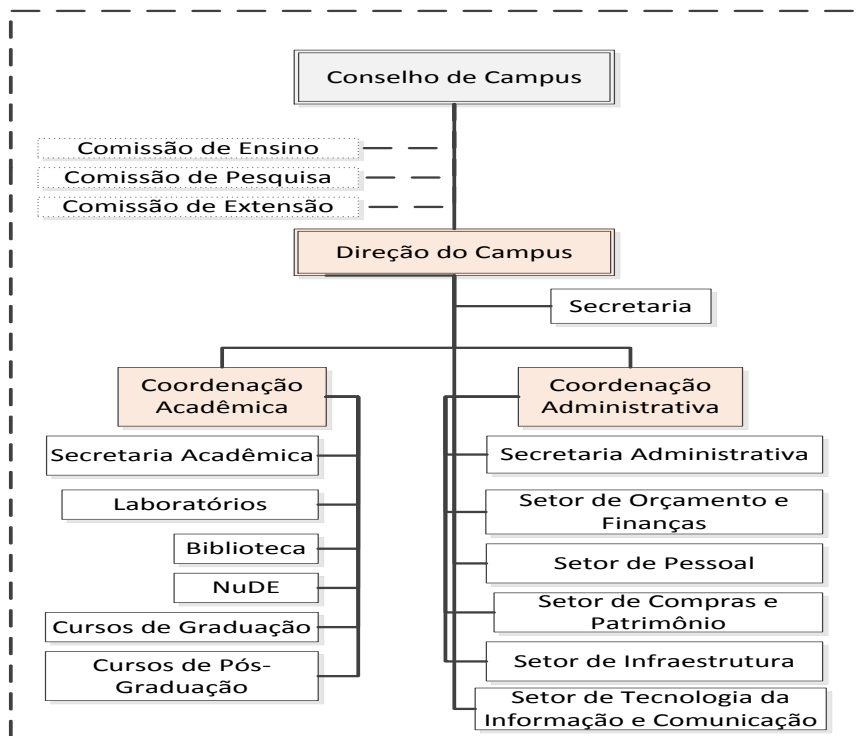
- Conselho Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (Conforme resol. CONSUNI 19/2010);
- Conselho Diretor do Parque Tecnológico (Conforme resol. CONSUNI 18/2010);
- Conselho Coordenador de Bibliotecas (Conforme resol. CONSUNI 31/2011).

Organograma Institucional e Acadêmico

O Organograma Institucional apresenta a estrutura organizacional da Universidade de forma integrada e sistêmica englobando a Reitoria, as Pró-Reitorias, os órgãos complementares e suplementares e também as Unidades Acadêmicas na atualidade em relação às atividades executadas, até o menor grau de responsabilidade dentro da instituição.

Através do Organograma Institucional a Universidade organiza seus fluxos e a distribuição do trabalho no âmbito da Reitoria e das Unidades Acadêmicas (algumas delas criadas pelo Estatuto). Por consequência ele não é estático, apesar de representar os órgãos que existem até o momento, podendo ser expandido para outros órgãos conforme a necessidade. O organograma da instituição está em estudo para que se alcancem os objetivos propostos neste Plano, sendo que a estrutura atual está disposta na Portaria n° 367, de 18 de abril de 2013, e publicada no boletim de serviço 24/2013.

O Organograma das Unidades Acadêmicas, apresentando na figura a seguir, mostra de maneira sucinta a hierarquia organizacional nos *campi*.



Hierarquia padrão nos campi

Órgãos de Apoio à Atividade Acadêmica

Atualmente, a Universidade possui como órgãos de apoio à atividade acadêmica, o Hospital Universitário Veterinário – HUVet, o Sistema de Bibliotecas – SISBI, a Coordenação de Laboratórios, o Parque Tecnológico – Pampatec, e a Coordenadoria de Educação a Distância – CEaD, em suas respectivas áreas de atuação, permitindo a Universidade alcançar outros públicos por meio desses órgãos, colaborando com diferentes desafios na execução das atividades da Instituição.

Ainda, possui em construção o Centro de Interpretação do Pampa – CIP, um espaço dedicado à pesquisa acadêmico-científica e a experiência sensorial e estética sobre o bioma Pampa, sua história e sua gente, a fronteira e suas lutas, a natureza e a cultura.

Relações e Parcerias com a Comunidade, Instituições e Empresas

A realização de diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pela Universidade depende da existência de diferentes parcerias. Acordos, protocolos de cooperação técnico-científica, protocolos de parcerias, acordos de cooperação e convênios (dentre outros) são executados pela Instituição em diferentes níveis e em todas as Unidades Acadêmicas e Administrativas. Essas parcerias com órgãos públicos ou com a iniciativa privada permitem a troca de informações e a concretização de ações que necessitam de recursos ou de diferentes formas de apoio.

A UNIPAMPA conta com parcerias na consecução de seus objetivos. Devido à dispersão geográfica, há necessidade de que cada *Campus* interaja com as instituições da sua região. Outra peculiaridade é a proximidade com Uruguai e Argentina, propiciando diversas parcerias internacionais para o desenvolvimento mútuo. Por fim, cumpre salientar que a Universidade está inserida em uma região carente de recursos materiais e de pesquisa incentivando ações por parte de todos na construção dos projetos.

Essa situação específica justifica o grande número de acordos e convênios já firmados e advindos dos *campi* para contribuição nas mais variadas atividades. É possível citar como principais parceiras, em primeiro lugar, as prefeituras municipais que sediam os 10 *campi*: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana e Governo Estadual, principalmente aqueles órgãos com competência nas questões de Educação, Pesquisa e a Promoção da Inovação. Instituições Públicas como Hospitais Municipais, Empresas ou Institutos de Pesquisas, públicos ou não; Agenciadores e promovedores públicos privados da Ciência e Tecnologia como a FINEP e a CAPES; Cooperativas e associações, regionais ou não; Instituições de ensino superior localizadas no estado e algumas delas até estrangeiras; Agências intermediadoras de estágio e diferentes empresas privadas no âmbito de sua atuação.

A gestão dessas parcerias tem a função de implementar a política de parcerias com diversos setores da sociedade, propostas à UNIPAMPA. Eles são orientados, registrados e acompanhados em sua execução por um órgão interno na Reitoria que também recebe as prestações de contas e encaminha para análise jurídica (quando pertinente) e aos demais órgãos os relatórios dos convênios firmados pela Universidade.

Link para o Boletim de Serviço que contém o organograma institucional:

http://www.unipampa.edu.br/portal/documentos/doc_download/2103-024-boletim-de-servico-ed-extraordinaria

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A autoavaliação na UNIPAMPA integra o processo de avaliação institucional, proposto pela Lei Federal nº 10.861 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), em abril de 2004. A sua operacionalização está descrita no projeto de Autoavaliação Institucional da Universidade, intitulado Avaliação, proposto pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), em 2011, baseado na legislação federal, nos documentos internos da instituição e nos referenciais teóricos que tratam da temática da educação superior.

Dez dimensões indicativas da qualidade da UNIPAMPA orientam o Avaliação:

- I. A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV. A comunicação com a sociedade;
- V. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII. Infraestrutura física, especialmente a de ensino, de pesquisa, de extensão, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII. Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- IX. Políticas de atendimento aos estudantes;

- X. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

O projeto de autoavaliação institucional da UNIPAMPA será realizado em um ciclo de três anos. Em cada ano, serão avaliadas duas das sete dimensões definidas como focos de avaliação, a partir de indicadores quantitativos e qualitativos representativos da realidade da UNIPAMPA.

Metodologicamente, esses indicadores, nas etapas do processo avaliativo, serão revisados tendo em vista a dinamicidade do processo e da realidade institucional. O processo de avaliação para cada uma das dimensões será organizado nas seguintes fases:

- I. Planejamento do processo de avaliação: nessa fase, serão revisados os indicadores de autoavaliação institucional apresentados de forma preliminar no projeto ora proposto, tendo como referências: Indicadores de qualidade previstos pelo SINAES; Projeto Institucional da UNIPAMPA; Planos de gestão das unidades e Reitoria; e outros indicadores que revelem a qualidade da educação superior. Nessa fase, também, serão definidas as estratégias metodológicas de coleta e análise dos dados, bem como os atores que participarão do processo avaliativo.
- II. Execução do processo de avaliação: nessa fase, ocorre o processo de coleta e análise das informações, precedido por ações de sensibilização da comunidade acadêmica para que esta participe efetivamente do processo de avaliação.
- III. Análise da suficiência das informações: nessa fase, a CPA fará avaliação da completude das informações geradas e da necessidade de organização de ações complementares de coleta de informações.
- IV. Elaboração dos relatórios parciais de autoavaliação: após a coleta e análise das informações, serão gerados relatórios parciais de avaliação por dimensão e unidade acadêmica.
- V. Apresentação dos resultados à comunidade acadêmica: uma vez produzidos os relatórios, eles serão apresentados para a comunidade

acadêmica em eventos específicos para tal fim, visando a publicização dos seus resultados.

- VI. Inclusão dos resultados nas ações de planejamento vigentes: nessa fase, Comissão Central de Avaliação (CCA) e Comitê Local de Avaliação (CLA) realizarão reuniões de trabalho com as unidades e Reitoria para apresentação dos resultados de avaliação, concitando a unidade e seus gestores a incluir esses resultados em suas ações de planejamento. Essa inclusão será acompanhada, constituindo um dos aspectos a ser incluído na avaliação da dimensão gestão.
- VII. Meta-avaliação: nessa etapa, a CPA deverá fazer a avaliação do processo avaliativo, identificando fragilidades e potencialidades que poderão qualificar as etapas seguintes.

Com o desenvolvimento do trabalho de autoavaliação institucional, pretende-se:

- A sensibilização da comunidade universitária quanto ao significado e relevância da avaliação institucional para a melhoria do fazer universitário;
- A participação ativa de todos os segmentos da estrutura institucional;
- A implantação de uma cultura de avaliação orientada por um processo reflexivo, sistemático e contínuo sobre a realidade institucional;
- O estabelecimento de um processo permanente de avaliação que alimente o planejamento e a gestão institucional e educacional;
- A identificação de fragilidades, potencialidades e oportunidades com vistas ao aprimoramento do fazer universitário frente aos objetivos e concepções do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e dos indicadores do SINAES;
- A realização de um processo participativo de produção de conhecimento sobre a Universidade, que torne possível a revisão e o aperfeiçoamento de práticas e de projetos institucionais; e
- O estabelecimento de um processo permanente de avaliação que alimente o planejamento institucional e a gestão educacional.

INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

Infraestrutura Física

A UNIPAMPA está dividida em 10 campi e conta com uma área total de 542,34 hectares. Em área construída, já atinge 104.497,04 m², dentre esses espaços destinados há salas de aulas, laboratórios, bibliotecas e áreas administrativas. Ainda, somam-se a estes as áreas do Centro de Interpretação do Pampa e as áreas destinadas a experimentos como a Estância do Pampa, situada na cidade de Dom Pedrito, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Campus	Área Física (ha)	Área Construída (m ²)
Alegrete	46,53	12.388,74
Bagé	30,12	25.591,74
Caçapava do Sul	4,96	7.033,35
Dom Pedrito	27,50	6.648,41
Itaqui	24,49	10.364,44
Jaguarão	4,29	9.549,08
Santana do Livramento	0,55	4.214,00
São Borja	48,18	7.966,15
São Gabriel	19,39	13.487,81
Uruguaiana	248,64	4940,51
Estância do Pampa	87,00	280,00
Centro de Interpretação do Pampa	0,69	1.032,81
Total UNIPAMPA	542,34	104.497,04

Tabela 1 - Área física e área construída na UNIPAMPA

O processo de implantação vivenciado na UNIPAMPA como uma instituição multicampi apresenta muitos desafios a sua comunidade, em especial ao atendimento das demandas de infraestrutura, uma vez que são necessárias implantações de 10 campi em cidades diferentes.

A instituição não tem medido esforços em ampliar, em forma de novas construções, as estruturas para atender e qualificar o desenvolvimento das unidades. Entretanto, essa organização multicampi impõe muitos obstáculos, que tem sido superados à medida que as equipes são fortalecidas e que se aplicam conceitos de planejamento e processo participativo de tomada de decisões, garantindo que a comunidade em geral torne-se partícipe do processo, de forma que essa possa ajudar a planejar as dinâmicas dos laboratórios e demais estruturas, bem como as áreas que demandam especificidades que são elencadas pelos servidores.

Uma das principais estratégias almejadas pela instituição para o desenvolvimento da infraestrutura física é a equalização entre as unidades acadêmicas, de forma a permitir que todos caminhem juntos na busca pelos objetivos organizacionais. Assim, essa é a principal meta para a consolidação da infraestrutura. Por esse motivo, projetos de implantação das unidades estão sendo desenvolvidos para que os *campi* possuam a identidade das edificações e das urbanizações previstas, respeitando as singularidades pré-existentes nos terrenos e na ocupação dos solos. Dessa forma, a comunidade poderá discutir o plano diretor dos *campi*.

Ainda, tem-se avançado na implantação de políticas de sustentabilidade, elaborando projetos que contemplam questões de aproveitamento de águas das chuvas e utilização de materiais visando à eficiência energética além de outros que ofereçam melhor conforto térmico, possibilitando a redução do consumo de energia. No que tange à acessibilidade universal, estão sendo concebidos espaços, edificações, mobiliários e equipamentos acessíveis a fim atender os conceitos de acessibilidade. Porém, há de se avançar nessas questões não apenas para deficientes com impossibilidade de locomoção, mas também para os que possuem restrições de visão e audição.

Muitas políticas de construção estão sendo planejadas pelas equipes, a fim de que a UNIPAMPA possa ter um crescimento rápido, mas que este não impeça um crescimento consciente e sustentável.

Bibliotecas

O Sistema de Bibliotecas da UNIPAMPA é composto por 10 bibliotecas de unidades universitárias localizadas em seus respectivos *campi*. Tem por eixo norteador a gestão participativa entre seu órgão coordenador e o Sistema de Bibliotecas e, também, com a comunidade acadêmica. Considerando que a Biblioteca é uma organização crescente, dinâmica, altamente dependente de inovações tecnológicas que influenciam e determinam o consumo e geração de conhecimentos na Universidade, é de vital importância a atualização dos recursos existentes.

Pode-se acompanhar a evolução do acervo, no período 2007-2013, nos Quadros 1 e 2, verificando o crescimento anual das bibliotecas, fato esse que demonstra o investimento contínuo da universidade em acervo bibliográfico.

Quadro 1 - Acervo total adquirido 2007-2013

	Quantidade Total Exemplares	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Livros	156.255	4967	9.001	18.919	32.492	33.543	49.748	7.585
Periódicos	259	0	157	1	69	0	32	0
Vídeos DVDs	247	0	0	2	33	22	41	149
CD-ROM	2.090	50	122	179	662	459	587	31

Fonte: SIE (Total em 31/03/2013)

Quadro 2 - Acervo adquirido por *Campus* 2007-2013

	Títulos	Títulos	Títulos	Títulos	Títulos	Títulos	Títulos
Cidade	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Alegrete	130	344	759	967	528	1.494	37
Bagé	26	549	894	859	419	316	89
Caçapava	7	206	267	236	189	481	163
Dom Pedrito	20	165	402	274	230	686	36
Itaqui	161	103	291	479	397	860	23
Jaguarão	42	227	540	1.146	799	1.099	40
Santana	4	129	269	631	332	638	199
São Borja	486	520	432	740	1.094	1.281	205
São Gabriel	143	125	320	309	279	540	18
Uruguaiana	268	339	376	395	349	1.058	79
Total	1287	2707	4550	6036	4616	8.453	889

Fonte: SIE (Total em 31/03/2013)

ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA

A diversidade como um valor, é anunciada dentre as intencionalidades da Universidade, devendo ser materializada nas políticas, objetivos e metas que pretendem realizar a universidade desejada. Este compromisso na Unipampa está amplamente estabelecido nas políticas de ensino e nas demais cuja pretensão é garantir a permanência dos estudantes e de servidores com necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida na Instituição.

Pouco tem se visto nas instituições públicas afora e acabam se restringido a providências imediatistas, mas também importantes quanto ao reordenamento da estrutura física e arquitetônica dos espaços: como, por exemplo, a adaptação de banheiros, construção de rampas, instalação de elevadores, etc. Mas é preciso ir além: sensibilizar a comunidade acadêmica quanto aos direitos e deveres no desenvolvimento de espaços acessíveis e inclusivos; e contribuir à definição de uma política institucional de acessibilidade e inclusão.

Muito embora se reconheça a importância de garantir estas adequações do ponto de vista do acesso, é preciso “pensar a inclusão” de forma global, abrangendo todas as áreas que envolvem a acessibilidade. É preciso conhecer os elementos que garantem acesso e permanência com sucesso na instituição, também com as providências pedagógicas relativas ao campo do ensino e da aprendizagem e da estruturação curricular dos cursos.

Na Unipampa, a materialização deste compromisso com os estudantes vem ocorrendo através do NINA- Núcleo de Inclusão e Acessibilidade, vinculado atualmente ao Gabinete da Reitoria. Dentre as ações do Núcleo, ressalta-se a execução do projeto do Ministério da Educação denominado Incluir, mais especificamente, referentes à formação dos profissionais e a aquisição de recursos específicos para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida.

A política de inclusão da Universidade deve atender os discentes com necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida para que participem integralmente das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como os servidores e membros das comunidades onde a Unipampa está instalada.

Ademais, entre os recursos e serviços de acessibilidade que devem ser disponibilizados na Universidade, destacam-se o serviço executado pelo tradutor/intérprete de Libras, os recursos de tecnologia assistiva e os materiais pedagógicos acessíveis. Embora estes devam ser efetivados mediante demanda pelos estudantes com deficiência matriculados e pelos participantes nos

processos de seleção para ingresso e atividades de extensão desenvolvidas pela instituição, é responsabilidade da Universidade provê-los em todas as atividades acadêmicas e administrativas. Deste modo, a UNIPAMPA deve prever em seu quadro de profissionais, cargos e códigos de vagas que contribuam à efetiva inclusão das pessoas com deficiência na vida universitária.

Na promoção da acessibilidade deve ser observado o regramento contido no Decreto Federal nº 5.296/2004 que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 (Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.) e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências).

Nas instalações próprias da Unipampa que estão sendo construídas está previsto o cumprimento do Decreto 5.296/2004, de forma a entregar estruturas totalmente acessíveis. A acessibilidade arquitetônica deve ser garantida em todos os ambientes da Universidade, promovendo o direito de todos de ir e vir com autonomia. Esta garantia independe da matrícula de estudantes com deficiência na Instituição. Deste modo, devem ser realizadas as adequações necessárias para que os ambientes da Universidade, existentes e novos, atendam ao disposto na legislação vigente.

A inclusão deve aparecer explicitamente como um princípio na concepção pedagógica. A compreensão ampliada da noção de educação e da própria inclusão não comporta uma visão fragmentada de que alguns temas são atribuições de apenas alguns segmentos, espaços ou profissionais. A educação é naturalmente um dispositivo de inclusão de todos e de cada um, e nesta mesma linha de compreensão deve estar o processo de gestão, de forma integral.

Através do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade tem sido realizada a identificação de demandas e a disponibilização de recursos acessíveis na Universidade. Além do mais, a disponibilização de recursos acessíveis vai além da compra e da oferta de materiais e de equipamentos. Envolve pensar tudo o que é compartilhado no processo educacional na perspectiva do desenho universal da acessibilidade a múltiplos usuários.

Como forma de operacionalizar as ações de acessibilidade e adequar o atendimento da Instituição aos dispositivos legais, entre outros, se destaca a necessidade de garantir:

- A oferta do curso de LIBRAS para a comunidade acadêmica;
- Inclusão do curso de LIBRAS como obrigatória nos currículos de formação de professores e optativa nos demais cursos;

- A adoção do atendimento prioritário;
- Disponibilização de assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;
- Uso de mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;
- Serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;
- Pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;
- Disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Reserva de vagas no estacionamento destinadas às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida (pelo menos, dois por cento do total de vagas para veículos que transportem pessoa portadora de deficiência física ou visual, sendo assegurada, no mínimo, uma vaga, em locais próximos à entrada principal ou ao elevador, de fácil acesso à circulação de pedestres, com especificações técnicas de desenho e traçado conforme o estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.);
- Admissão de entrada e permanência de cão-guia;
- A inexistência de barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação;
- Adequação dos sites curso/campus acessíveis a pessoas com deficiência visual;
- Rebaixamento de calçadas com rampa acessível ou elevação da via para travessia de pedestre em nível;

- Instalação de piso tátil direcional e de alerta;
- Serviços de autoatendimento com altura e recursos de acesso informatizados acessíveis;
- Sinalização visual e tátil de salas, laboratórios, sanitários...;
- Condições de acesso e utilização de todos os ambientes do campus, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários;
- Disponibilização de ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades acadêmicas e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas (ex: impressora em Braille, ampliadores de imagem, teclados adaptados e outros);
- Na oferta de transporte da universidade levar sempre em conta a possibilidade de transporte de pessoas com deficiência;
- Acervo cultural e pedagógico adaptado às necessidades de acessibilidade que se disponham;
- Tradutor interprete disponível nas atividades acadêmicas e administrativas;
- Banheiros adaptados, rampas de acesso, elevadores, cadeiras específicas para movimentação em escadas.

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS

A UNIPAMPA tem suas receitas provenientes de fontes do Governo Federal e diretamente arrecadadas, esses recursos são distribuídos por meio da Lei Orçamentária Anual - LOA. Uma pequena parte dos recursos anuais da Universidade advém de créditos extraordinários que poderão advir de outros órgãos do Governo Federal e também de Emendas Parlamentares.

Os recursos oriundos de fonte do Governo Federal são destinados para o custeio das despesas com pessoal, instalações, bens móveis e imóveis, bem como para os investimentos necessários em obras e são distribuídos conforme critérios estabelecidos pela gestão.

A UNIPAMPA tem captado, com maior vigor nos últimos anos, recursos financeiros de órgãos governamentais e junto a parlamentares. Entre os quais merecem destaque as dotações de recursos obtidas de órgãos públicos – em especial, CAPES, PROAP e Ministério de Ciência e Tecnologia. A captação desses recursos tem contribuído significativamente para o crescimento do orçamento anual da UNIPAMPA (variação entre o valor da abertura e do fechamento do orçamento anual). Esses recursos também viabilizaram diversos projetos de infraestrutura e de apoio a grupos de pesquisa, Unidades Acadêmicas e aos *campi*.

Outras fontes de arrecadação legalmente previstas contribuem para a sustentabilidade financeira institucional, tais como: doações da União, dos Estados, dos Municípios ou de qualquer entidade pública ou privada ou por meio de convênios e ou outras formas de colaboração.

Desde sua criação até 2012, a UNIPAMPA esteve inserida no programa do governo federal de novas IFES, possuindo em todos esses anos um aporte financeiro por meio do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI, como podemos analisar no Quadro 1, o qual se tornou substancial com o passar dos anos para atender às demandas Institucionais.

Quadro 1 - Participação do Reuni - UNIPAMPA

Ano	Capital	Custeio
2010	40.000.000	9.782.500
2011	68.950.000	3.000.000
2012	13.498.586	1.040.752
2013	30.000.000	6.000.000

Fonte: LOA

Em 2013, a UNIPAMPA passou a participar ativamente da distribuição dos recursos por meio da Matriz de Orçamento de Custeio e Capital (OCC) apresentada pela Andifes. Em comparação com 2012, houve um aumento de 72,57% (vide Quadro 2) de recursos repassados pela Matriz Andifes¹ (Matriz de OCC), mesmo assim devido a seu grande crescimento estrutural e acadêmico em 2013, o aporte que provém do REUNI foi mantido.

Quadro 2 - Participação Matriz ANDIFES

Ano	2011	2012	2013
ANDIFES	9.162.823	13.105.940	22.617.400

Fonte: LOA

A Matriz Andifes é um instrumento de distribuição de recursos às Universidades Federais destinados a outras Despesas Correntes (sem pessoal e benefícios) e de Capital. A distribuição do orçamento de custeio e capital para cada universidade federal é feita com base em sua participação no conjunto das universidades federais do país, segundo o critério a seguir:

Matriz OCC = 80% (aluno equivalente) + 20% (índice de qualidade e produtividade)

O aluno equivalente é o principal indicador utilizado para fins de análise dos custos de manutenção das Instituições Federais de Educação Superior – IFES. O cálculo desse indicador foi objeto de estudos realizados pela Secretaria de Educação Superior do MEC e pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES. Para o cálculo do aluno equivalente, são utilizados quatro indicadores parciais, referentes às atividades educacionais nos seguintes níveis: Graduação, Mestrado, Doutorado e Residência Médica.

Elaboração da Proposta Orçamentária Anual

A UNIPAMPA, por meio da PROPLAN, desempenha o papel de coordenação do processo de elaboração da proposta orçamentária no seu âmbito de atuação, integrando e articulando o trabalho das unidades administrativas, tendo em vista atender o cronograma orçamentário estabelecido pelo MEC, a fim de cumprir os prazos governamentais para elaboração do Projeto de

Lei Orçamentária Anual - PLOA. Esse processo envolve um conjunto articulado de tarefas complexas e um cronograma gerencial e operacional com especificação de etapas, de produtos e da participação das unidades gestoras da Universidade, o que pressupõe a constante necessidade de tomada de decisões nos seus vários níveis.

As unidades gestoras recebem da PROPLAN planilhas orçamentárias onde deverá ser registrado um detalhamento dos projetos previstos para o ano seguinte. Posteriormente, é traçado uma proporcionalidade entre o que está planejado e os recursos distribuídos pela LOA, visto que um dos principais obstáculos à gestão planejada da UNIPAMPA decorre, direta ou indiretamente, da limitação orçamentária.

A distribuição interna dos recursos possui alguns parâmetros que são determinados por meio de indicadores. Os parâmetros permitem, por meio da distribuição dos recursos orçamentários, a implementação de políticas de desenvolvimento.

Os recursos distribuídos aos *campi* têm seu cálculo através da Matriz de Custeio, que é recalculada anualmente usando como base a Matriz de OCC.

ANEXOS

ANEXO I

LISTA DE PARTICIPANTES DO MÓDULO VIRTUAL DE CONSTRUÇÃO DO PDI